

**Resource Description and Access (RDA): análise do posicionamento
institucional e profissional em Portugal**

Osório Miguel Soeiro dos Santos

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação – Área de Biblioteconomia**

Outubro, 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação – Área de Especialização em Biblioteconomia, realizado sob a orientação científica da Doutora Paula Alexandra Ochoa de Carvalho Telo e coorientação do Doutor Paulo Jorge de Oliveira Leitão.

*Aos meus pais e irmã que sempre estiveram a meu lado
contribuindo para o homem que sou hoje!*

AGRADECIMENTOS

Os primeiros agradecimentos passam naturalmente por ser endereçados aos Professores do Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação da FCSH, pela forma como ao longo de todo o mestrado me estimularam para diferentes áreas do conhecimento em CID, e numa última fase pelo incentivo à realização da investigação, objecto de estudo da presente dissertação.

Agradeço ao Doutor Paulo Leitão, coorientador deste trabalho, pela ajuda prestada na escolha do tema, pela permanente disponibilidade com que reviu e me aconselhou nas diferentes etapas da investigação, o cuidado com que leu as versões do texto, contribuindo para um inequívoco aperfeiçoamento da presente dissertação de mestrado.

À Professora Doutora Paula Ochoa, um humilde agradecimento pela sua orientação na elaboração da dissertação. O seu interesse permanente no acompanhamento do trabalho, a par dos seus experientes comentários, permitiu uma versão final do trabalho bastante positiva.

Não poderei esquecer o agradecimento aos colegas do mestrado pelo apoio, colaboração, e espírito de entreaajuda. Esta simbiose motivou-me para a conclusão sem hesitações do mestrado.

Ao Sr. Tenente Rui Duarte, da Direcção de História e Cultura Militar, agradeço a sua colaboração no exigente trabalho de revisão do texto.

Por fim, mas com especial relevância, um profundo reconhecimento e agradecimento à Direcção de História e Cultura Militar do Exército Português, que me proporcionou todas as condições para a prossecução do trabalho de investigação desde o seu início até ao seu culminar.

Resource Description and Access (RDA): análise do posicionamento institucional e profissional em Portugal

OSÓRIO MIGUEL SOEIRO DOS SANTOS

RESUMO

O presente trabalho de investigação foi desenvolvido por forma a dar cumprimento à componente não lectiva do Mestrado em Ciências da Informação e Documentação, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na área de especialização de Biblioteconomia. A dissertação analisa e evidencia o posicionamento institucional e dos profissionais ID, acerca da implementação em Portugal do Resource Description and Access.

Numa primeira fase procede-se à revisão da literatura que serve de base ao desenvolvimento de conceitos a explorar durante a investigação. São exploradas publicações científicas que permitem identificar as propostas do RDA, bem como os sítios em linha das principais organizações que têm levado a cabo a construção e implementação do RDA.

Seguidamente, procede-se à enunciação da abordagem metodológica, onde se definem os objectivos da investigação e se explicitam os métodos e técnicas utilizadas durante a investigação. A opção estabelecida para a investigação teve como base uma abordagem metodológica qualitativa, baseada na análise empírica da documentação, e em entrevistas semiestruturadas. Posteriormente, são analisados e interpretados os dados coligidos, resultantes das entrevistas necessárias à condução do trabalho. A análise é realizada a dois grupos (institucional e profissional) participantes nas entrevistas, procurando-se interpretar e inferir as considerações tecidas pelos participantes e que foram objecto de codificação e categorização. A análise do conhecimento, das características e da categoria implementação, permite uma fundamentação do posicionamento institucional e dos profissionais ID acerca da implementação do RDA em Portugal.

Em último lugar procede-se à conclusão do trabalho de investigação, onde se verifica que o RDA é considerado um código de catalogação apreciado pela sua estrutura conceptual alinhada com os FRBR, mas que até agora, não tem sido suficientemente analisado, discutido e difundido para que se possam avaliar as suas propostas e obter um posicionamento claro e objectivo relativamente à sua implementação em Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: RDA, Resource Description Access, RDA catalogação, RDA implementação, RDA posicionamento

Resource Description and Access (RDA): analysis of the institutional and professional positioning in Portugal

OSÓRIO MIGUEL SOEIRO DOS SANTOS

ABSTRACT

This research work was developed in order to comply with the non-teaching component of the Masters in Information and Documentation Sciences, in Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, with regards to the Library expertise area. The dissertation examines and highlights the institutional and ID professionals positioning, about the implementation in Portugal of the Resource Description and Access (RDA).

Initially it proceeds to the literature review that underpins the development of concepts to explore during the investigation. Scientific publications are exploited, which allow the identification of the RDA proposals, as well the online sites of major organizations that have carried out the construction and RDA implementation.

It then continues with the formulation of the methodological approach, defining the objectives of research and explaining the methods and techniques used during the investigation. The option set for research was based on a qualitative methodological approach, empirical analysis of the documentation, and semi-structured interviews. Subsequently, data collected from the required interviews to conduct work is analyzed and interpreted. The analysis is performed on two groups (institutional and professional) participating in interviews, seeking to interpret and infer the considerations made by the participants, which have been coded and categorized. The analysis of knowledge, characteristics and the implementation category, allows a reasoning of the institutional and professional ID positioning, about the RDA implementation in Portugal.

We finally reach the research work conclusion confirming that RDA is considered a cataloging code prized for its aligned conceptual framework with FRBR. So far, RDA hasn't been sufficiently analyzed, discussed and disseminated in order to evaluate its proposals and get an objective and clear position, related to its implementation in Portugal.

KEYWORDS: RDA, Resource description access, RDA cataloging, RDA implementation, RDA positioning

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1: O RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA).....	3
1.1. Breve introdução ao Resource Description and Access (RDA).....	3
CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA.....	4
2.1 A literatura acerca do RDA	5
CAPÍTULO 3 : ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	13
3.1. Finalidade e objectivo da investigação.....	13
3.2. Métodos e abordagem	13
3.3. Amostra	15
3.4. As entrevistas	17
3.5 Tratamento dos dados.....	21
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	27
4.1 Análise e interpretação dos dados.....	27
4.1.1 Análise e interpretação dos resultados do Grupo I.....	27
4.1.2 Análise e interpretação dos resultados do Grupo II.....	33
CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES	42
5.1. Limitações do estudo.....	45
5.2 Desafios	45
5.3 Propostas.....	45
BIBLIOGRAFIA	i
APENDICES	vi
Apendice a) Guião de Entrevista	vi

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR	Anglo-American Cataloguing Rules
BACE	Bibliotecas da Administração Central do Estado
BNE	Biblioteca Nacional de Espanha
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BP	Bibliotecas Públicas
CID	Ciências da Informação e Documentação
CILIP	Chartered Institute of Library and Information Professionals
DGLAB	Direcção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas
EURIG	European RDA Interest Group
FRBR	Functional Requirements for Bibliographic Records
FRAD	Functional Requirements for Authority Data
FRSAD	Functional Requirements for Subject Authority Data
GIBACE	Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado
IFLA	International Federation of Library Associations and Institutions
JSC	Joint Steering Committee for Development of RDA
OPAC's	Online Public Access Catalogs
RBE	Rede de Bibliotecas escolares
RDA	Resource Description and Access
RPC	Regras Portuguesas de Catalogação

INTRODUÇÃO

“No Egipto, as bibliotecas eram chamadas "Tesouro dos remédios da alma". De facto é nelas que se cura a ignorância, a mais perigosa das enfermidades e a origem de todas as outras.

Jacques Benigne Bossuet (1627-1704)

A presente dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da Documentação, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, na vertente de Biblioteconomia, intitulada “Resource Description and Access (RDA): análise do posicionamento institucional e profissional em Portugal”, surge da intenção de apresentar à academia uma nova temática que até aqui não foi abordada.

O Resource Description and Access (RDA) é resultado da evolução das Anglo-American Cataloguing Rules, que numa fase de transposição da versão AACR2¹ para AACR3, se opta por mudar o modelo conceptual do código de catalogação. De um primeiro esboço criado em 2005 pelo Joint Steering Committee for Development of RDA (JSC), em 2008 é publicada a primeira proposta para um código de catalogação virado para o mundo digital, em que a questão da acessibilidade à informação do ponto de vista dos utilizadores é uma pedra de toque fundamental do código. Desde então, esta mudança de paradigma no que diz respeito à catalogação constituiu motivo de alargada discussão e debate na comunidade científica internacional, sobretudo na comunidade americana.

Neste trabalho de investigação, procura-se identificar o posicionamento sobre o RDA, por parte das instituições e profissionais I-D. Após as primeiras pesquisas verificou-se que o tema tem sido bastante debatido e difundido por várias organizações internacionais (JSC, EURIG, OCLC, CILIP), que têm procurado ao longo dos últimos anos melhorar o RDA, para que este código se assuma como um código internacional de catalogação, e que para o efeito, procuram conhecer o

¹ Cf. Lista de abreviaturas

posicionamento das instituições e dos profissionais I-D. Conhecido o posicionamento das principais bibliotecas internacionais, esta investigação direccionou o seu foco para a realidade da comunidade biblioteconómica Portuguesa.

No primeiro capítulo do trabalho é elaborada uma pequena introdução acerca do RDA, por forma a apresentar de forma sucinta o código de catalogação e o seu desenvolvimento.

No segundo capítulo é apresentada uma revisão bibliográfica, que permitiu identificar conceitos e características fundamentais para uma melhor compreensão da estrutura conceptual do RDA, e sobretudo, para conhecer a posição dos principais autores que se têm dedicado a esta temática, bem como o trabalho desenvolvido pelas organizações internacionais dedicadas a trabalhar o RDA anteriormente referidas. É com base na análise empírica da revisão bibliográfica que se compreenderam os conceitos para uma melhor compreensão da problemática e construção do modelo de análise.

O terceiro capítulo é dedicado à abordagem metodológica (qualitativa). Aqui é enunciado e definido todo o processo de investigação, bem como o método utilizado. Neste capítulo explicitam-se e justificam-se as opções metodológicas utilizadas na exploração e análise do trabalho de campo.

No quarto capítulo procede-se à análise e interpretação dos resultados. É neste capítulo que se confrontam os conceitos que se estabeleceram na problemática, com os dados obtidos da análise das entrevistas, dados esses que foram objecto de codificação por forma a permitir estabelecer inferências e deduções acerca do objecto de estudo.

Finalmente no quinto capítulo procede-se às conclusões da dissertação.

CAPITULO 1: O RESOURCE DESCRIPTION AND ACCESS (RDA)

1.1. Breve introdução ao Resource Description and Access (RDA)

O Resource Description and Access (RDA)² é um código de catalogação que visa proporcionar a catalogação de todo o tipo de objectos (digitais e analógicos), apresentando-se como uma norma apropriada para a descrição em ambiente digital e que procura um nível de descrição que possa ser utilizada na Internet e em Web Opac's, independentemente do formato. O intento do RDA é apresentado na página do Joint Steering Committee for Development of RDA "RDA is being developed as a new standard for resource Description and access designed for the digital world ". O seu desenvolvimento surge em termos genéricos pelas mudanças profundas nos recursos de informação, nos catálogos, no ambiente informacional e sobretudo nos utilizadores.

O aparecimento do RDA como código de catalogação deriva de um processo de evolução dos princípios base das Anglo-American Cataloguing Rules (AACR2) bem como da necessidade de adaptação a novas concepções do universo bibliográfico baseadas no modelo conceptual dos FRBR (2008) (Functional Requirements for Bibliographic Records) e na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009).

As AACR2 baseadas nas International Standard for Bibliographic Description (ISBD), foram desenvolvidas em 1978 constituindo-se uma revisão das AACR introduzidas em 1967, e que se desdobram num esforço da descrição ao nível do item. Assim as AACR2 passaram a conter apenas duas partes, uma primeira relativa a informações para descrição do item a catalogar e uma segunda parte para determinação e estabelecimento de pontos de acesso no catálogo. Sucessivas revisões ocorreram em 1988, 1998 e 2002. Da última revisão das AACR2 nasce a criação do RDA

² O RDA, publicado em 2010, resulta de um processo colaborativo internacional, liderado pelo Joint Steering Committee. A informação relativa ao desenvolvimento e publicação do código encontra-se disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/>>.

desenvolvido pelo JSC, com representantes das entidades: American Library Association; Australian Committee on Cataloguing; British Library; Canadian Committee on Cataloguing; Chartered Institute of Library and Information Professionals (CILIP); Library of Congress. Em 2005 o JSC, apresentou o primeiro esboço do RDA, que foi sofrendo sucessivos melhoramentos. Em 2008 é apresentado um primeiro draft do RDA. Em 2010 é apresentada a sua primeira publicação, sendo disponibilizado em linha na plataforma RDA Toolkit.³

CAPÍTULO 2: REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura é um passo vital na realização de um trabalho científico. As revisões de literatura permitem avaliar de forma crítica a literatura que relativamente a uma determinada temática apresenta melhor qualidade, quer do ponto de vista teórico mas também metodológico. Definida a pergunta de partida: Qual o posicionamento institucional e profissional em Portugal acerca do RDA? efectuaram-se as primeiras pesquisas em repositórios e bases de dados de artigos científicos, sobretudo na B-On, que permitiu acesso a revistas científicas especializadas. Para efectuar as pesquisas foram identificados em português e inglês um conjunto de descritores/palavras-chave, que se encontravam relacionados com o tema. Não é possível descurar alguma documentação produzida por diversos institutos e organizações especializadas na área de investigação, pois forneceram dados relevantes para o trabalho.

Após a selecção dos artigos considerados mais consonantes com o objecto de estudo, dos quais mereceram especial atenção os artigos revistos por pares, foram realizadas as primeiras leituras e efectuada uma “leitura crítica” dos artigos seleccionados por forma a avaliar e sintetizar através de uma grelha os elementos essenciais. Da análise mais sistemática da literatura procurou-se encontrar pontos comuns e divergentes, argumentos e justificações, utilizados pelos diferentes autores, instituições e organizações associadas ao processo de desenvolvimento do RDA, por

³ O RDA Toolkit encontra-se disponível em <https://access.rdatoolkit.org/>

forma a construir uma perspectiva sobre a abordagem a efectuar na investigação e identificar e desenvolver a problemática.

2.1 A literatura acerca do RDA

Em Julho de 2009 e após a publicação do *draft* do RDA em 2008, é produzido um documento onde são definidos os objectivos e princípios deste código de catalogação. Principais objectivos do RDA definidos nesse documento: compreensão, clareza, consistência, compatibilidade e adaptabilidade. Princípios orientadores: generalização, especificidade, não-redundância, terminologia e estrutura (JSC, 2009).

Na sequência das revisões que culminaram com o aparecimento do RDA, a diferenciação entre o RDA e as AACR2 encontra-se sobretudo no alinhamento do RDA com o novo modelo conceptual trazido pelos FRBR e sua extensão aos Functional Requirements for Authority Data (FRAD), modelo que proporciona um novo entendimento acerca do universo bibliográfico definido na Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (Tosaka e Park, 2013).

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009, p. 1) “...construída [...] sobre o modelo conceptual estabelecido no IFLA Functional Requirements for Bibliographic Records...”, coloca o utilizador no centro do universo bibliográfico “...o mais determinante é a conveniência do utilizador.”, procurando promover o desenvolvimento de um código internacional de catalogação que “...deve ter em conta as entidades, atributos e relações tal como definido nos modelos conceptuais do universo bibliográfico.” Segundo a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (2009) são objectivos e funções do catálogo: encontrar, identificar, seleccionar, adquirir ou obter, navegar, ou seja o objectivo reside na conveniência do utilizador. Estes objectivos derivam do modelo conceptual dos FRBR que procura dar resposta aos primeiros quatro objectivos: encontrar, identificar, seleccionar, obter. Assim, o “RDA will enable users of library catalogues and other systems of information organization to find, identify, select, and obtain resources appropriate to their information needs”⁴. Importa explicitar que o modelo FRBR apresenta 10 entidades divididas em três grupos. No grupo 1 encontramos as

⁴ Plano estratégico 2005-2009, apresentado pelo JSC. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/>>

entidades que representam o produto intelectual e artístico (obra, expressão, manifestação e item). No grupo 2 estão os responsáveis pelo conteúdo intelectual (pessoa, entidades colectivas) e no grupo 3 representam-se os assuntos de uma obra (conceito, objecto, evento, lugar). Assim, as entidades possuem atributos específicos e relacionamentos que descrevem as ligações entre as entidades (IFLA, 2008). Igualmente os modelos FRAD e FRSAD, que se constituem como uma extensão dos FRBR, especificam para os utilizadores as tarefas de encontrar, identificar às quais se junta contextualizar e justificar, melhorando assim para a gestão de dados de autoridade. É num contexto em que se pretende caracterizar o universo bibliográfico rompendo com o modelo de catalogação tradicional, muito ligado ao conceito de descrição do item e sem relação entre as entidades bibliográficas, que surge o RDA como um código que explicita a aplicação de conceitos e princípios que derivam dos “...conceitos e vocabulário trazidos pelo modelo conceptual FRBR e pela Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação...” (Galvão e Lopes, 2012, p. 3).

O alinhamento entre a estrutura do RDA e os FRBR é bastante perceptível no exemplo apresentado por Taniguchi (2012) na medida em que o autor refere que o RDA está dividido em dez secções, sendo que as primeiras quatro correspondem aos atributos das entidades definidas nos FRBR e nos FRAD e as restantes seis correspondem aos relacionamentos também definidos nestes modelos conceptuais.

O quadro que a seguir se apresenta é indicativo da estrutura relacional no modelo de base do RDA.

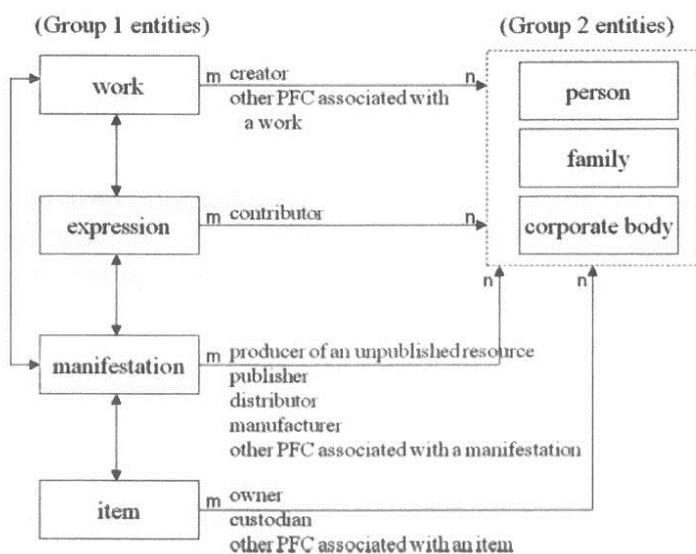


Fig. 1 - Estrutura relacional do modelo RDA; Fonte: Taniguchi (2012)

Contudo Taniguchi (2012) refere a existência de algumas diferenças entre os FRBR e o RDA, uma vez que este especifica a relação entre obra e manifestação contrariamente aos FRBR. O mapeamento entre estes dois modelos permite identificar algumas diferenças pouco significativas do ponto de vista conceptual.

Enunciado o fundamento do RDA, sobretudo do ponto de vista conceptual, importa analisar os seus objectivos e estrutura para uma melhor compreensão do modelo. A estrutura do RDA assenta em dez secções, sendo as primeiras quatro relacionadas com o registo de atributos das entidades e as restantes seis com as relações entre as entidades:

- Secção 1 – Registo dos atributos da manifestação e item
 - Secção 2 – Registo dos atributos da obra e expressão
 - Secção 3 - Registo dos atributos da pessoa e entidades colectivas
 - Secção 4 – Registo dos atributos de conceito, objecto, evento, lugar
 - Secção 5 – Registo primário de relacionamentos entre obra, expressão, manifestação e item
 - Secção 6 - Registo de relacionamentos entre pessoas, famílias e entidades colectivas associadas a um recurso
 - Secção 7- Registo de relacionamentos entre assuntos
 - Secção 8 - Registo de relacionamentos entre obras, expressões, manifestações e itens
 - Secção 9 - Registo de relacionamentos entre pessoas, famílias e colectividades
 - Secção 10 - Registo de relacionamentos entre conceitos, objectos, eventos, lugares
- Contêm igualmente doze apêndices com especial atenção para o apêndice d) que nos dá indicações acerca das especificações da ISBD.

O RDA surge com o intento de ser um código de catalogação internacional e que possa abranger as necessidades de catalogação de bibliotecas, museus e arquivos. Construído sobre a base das AACR2 e alinhado com os modelos relacionais FRBR e FRAD “...trata-se de uma norma de metadados baseada num quadro teórico, que tem como propósito essencial descrever o conteúdo dos recursos, melhorando a identificação e o acesso” (Galvão e Lopes, 2012), independente de esquemas de codificação, podendo ser usados entre outros metadados o UNIMARC ou MARC21 de acordo com as especificações da ISBD (Tosaka e Park, 2013).

O entusiasmo relativo à implementação do RDA é sentido por parte dos representantes do JSC e por alguns especialistas da área. Anhalt e Stewart (2012) destacam três grandes inovações na forma como a informação é registada e descrita no RDA, podendo a informação ser retirada da fonte sem qualquer designação especial, sendo a meta-informação descrita tal como aparece nos recursos, e a obrigatoriedade de descrever todos os intervenientes na menção de responsabilidade. El-Sherbini (2011) frisa que o RDA providencia orientações e não regras que podem e devem ser usadas dentro e fora da comunidade biblioteconómica e direccionadas para as necessidades e conveniências dos utilizadores. Afirma também que os registos bibliográficos em RDA terão maior relevância no ambiente em linha permitindo catálogos com diferentes manifestações da mesma obra.

Contudo o entusiasmo de alguns especialistas contrasta com a posição crítica de outros. Gorman (2007), o editor das AACR2, assume que estas seriam capazes de acomodar a catalogação de recursos electrónicos sem ter de se criar o RDA, o qual considera uma “miscelânea” de regras gerais para todos os formatos, a par de que, o RDA não utiliza a pontuação da ISBD, e que o draft do RDA é incompreensível e inconsistente. Bianchini e Guerrini (2009) discordam da estrutura do RDA no que concerne às ISBD considerada uma linguagem bibliográfica completa, não podendo, portanto, ser colocada como apêndice ao RDA, sugerindo, ao contrário, a adopção ou recusa desta linguagem.

Os autores referindo-se ainda às ISBD, consideram que se o RDA pretende orientar a construção de um catálogo deve especificar as principais características do catálogo incluindo a sintaxe. Coyle e Hillmann (2007) inferem a existência de uma incongruência entre o alinhamento do RDA com os FRBR, explicitando que «resource» é recurso e assim sendo trata-se em termos de FRBR da descrição de uma manifestação ou item, seguindo assim a mesma lógica das AACR2, no entanto, a formulação deste pressuposto é indicadora de alguma ambiguidade.

A construção do RDA iniciada em Julho de 2005, pelo Joint Steering Committee for Development of RDA foi sendo alvo de sucessivas adaptações revisões até à elaboração em 2008 de um *draft* final. Em 2009 o JSC recebeu os comentários dos responsáveis da Australian Committee on Cataloguing, American Library Association,

British Library, Chartered Institute of Library and Information Professionals, Library of Congress, contando ainda com os comentários das bibliotecas nacionais da Suécia, Noruega, Nova Zelândia, Espanha, França e Alemanha. De uma forma geral todas as instituições se mostraram relutantes com a versão final, apontando inconsistências, falta de clareza e alguma dificuldade em articular o RDA com a ISBD (JOINT STEERING COMMITTEE FOR DEVELOPMENT OF RDA, 2014).

A primeira versão em linha do RDA foi disponibilizada no ano de 2010, através da plataforma RDA Toolkit, pelo que a sua utilização tem vindo a ser testada e avaliada permanentemente. A par desta implementação continuaram as sucessivas revisões em toda a estrutura do RDA. O RDA Toolkit foi revisto nos anos de 2012, 2013 e 2014 encontrando-se todas as atualizações disponíveis actualmente na plataforma. Recentemente e nos meses de Fevereiro, Abril e Agosto de 2015 a Biblioteca do Congresso procedeu a mais algumas revisões no RDA Toolkit, o que é indicador da vontade de aperfeiçoar este normativo o mais possível.⁵

Em 2012, a tradução do RDA para Francês e Alemão foi concluída. Desde então, e a nível europeu o European RDA Interest Group (EURIG) constituído por 32 organizações, tem vindo a seguir com muita atenção a evolução do processo de implementação do RDA nos diferentes países europeus. Em 2012 o EURIG desenvolveu um questionário para avaliar a intenção de aplicação ou não do RDA por parte das suas organizações. O relatório surge em 2013 com os seguintes resultados: treze organizações possuem um plano definitivo para a implementação do RDA, das quais, três organizações implementam o RDA em 2013 (National Library of the Netherlands, British Library, Casalini Libri); quatro organizações tencionam implementar o RDA em 2015 (Swiss National Library, Arbeitsgemeinschaft der Verbundsysteme/ the Consortium of Library Networks, National Library Finland, Deutsche Nationalbibliothek), a National Library Latvia tenciona implementar o RDA em 2016 e Landsbokasafn Islands - Haskolabokasafn / National and University Library of Iceland, National Library Sweden, Bibliothèque Nationale de France ainda não decidiram datas para a sua implementação.

⁵ Informação disponível em http://www.loc.gov/aba/rda/lcps_access.html

Do relatório confirma-se que dez (10) organizações não possuem planos definitivos para a implementação do RDA, onde se destaca a posição da Biblioteca Nacional de Espanha e de Portugal. O relatório produzido destaca ainda as principais razões para a implementação do RDA: interoperabilidade, necessidade de revisão dos actuais códigos de catalogação, implementação do modelo FRBR (EUROPEAN RDA INTEREST GROUP, 2014).

Recentemente, em Dezembro de 2014, a Biblioteca Nacional de Espanha emitiu um comunicado dando a conhecer que, apesar de um vasto número de bibliotecas espanholas (sobretudo universitárias) ter manifestado a sua intenção de adoptar o RDA, de momento não pretende entrar em ruptura com as suas práticas de catalogação, decidindo para já, não adoptar o RDA, deixando contudo em aberto essa possibilidade para o futuro, uma vez que é objectivo para a BNE o desenvolvimento do processo de FerBeRização⁶ de dados relacionados. A Biblioteca Nacional de Portugal que faz parte da EURIG encontra-se a aferir a tradução do RDA para português.

Assim, o RDA vai além dos códigos de catalogação anteriores ao prover orientações sobre como catalogar recursos digitais e auxiliar os utilizadores a encontrar, identificar, seleccionar e obter a informação desejada. O RDA ao estabelecer uma linguagem simples e independente de qualquer formato permite um fácil entendimento por parte dos utilizadores podendo ser compreendido por toda a comunidade sem restrições particulares. O RDA também contribui para o agrupamento de registros bibliográficos visando mostrar relações entre obras e seus criadores. Essa importante e nova característica torna os utilizadores mais conscientes das diferentes edições, traduções ou formatos físicos das obras o que revela um significativo desenvolvimento.

Tendências recentes do posicionamento institucional e profissional

Para uma melhor compreensão do posicionamento das instituições e profissionais I-D acerca do RDA, torna-se importante identificar estudos semelhantes, ainda que realizadas num outro formato, mas que permitam perceber de que forma a

⁶ Reconfiguração dos dados bibliográficos existentes nos catálogos tradicionais através da identificação E-R, e sua adequação ao modelo FRBR.

comunidade das Ciências da Informação reage e se manifesta relativamente a outros códigos.

A IFLA apresentou em Março de 2015 os resultados de um questionário internacional, iniciado em 2014, relativo ao uso da ISBD (expectativas, problemas, comentários). O questionário foi dirigido sobretudo a Bibliotecas Nacionais, Agências de Catalogação, Bibliotecas Universitárias, Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Especializadas, totalizando um total de 82 respostas válidas e consistentes. O resultado deste estudo permitiu identificar incertezas e indefinições relativamente ao uso da ISBD, face a outros códigos de catalogação nomeadamente o RDA (IFLA,2015).

Numa primeira análise e tratando-se de um estudo a nível internacional verificou-se que apenas 43% dos participantes utilizam a ISBD como código de catalogação. Um aspecto importante é que apenas 37 % da amostra tenciona manter a ISBD como código de catalogação, e que um grande número de instituições já adoptou o RDA ou tenciona adoptar este normativo. Comparativamente às características do RDA os participantes consideram essencial melhorar a zona 0 por forma a contemplar diferentes tipologias de materiais e promover um maior alinhamento com os FRBR (característica essencial do RDA), explorar a compatibilidade com o RDA, ou mesmo uma harmonização com este, que possibilite uma melhor forma de catalogação do universo bibliográfico. Algumas bibliotecas nacionais referem a necessidade de cooperação e alinhamento entre a ISBD e o RDA, afirmando “We think a close alignment and cooperation between ISBD and RDA is essential despite their different status in the international society - that would be for the benefit of the libraries in a time where everyone lacks resources.” (IFLA, 2015, p.15).

Estas posições permitem perceber que existe uma certa oposição crítica, ou mesmo divisão na comunidade das Ciências da Informação, que poderá eventualmente abrir espaço à implementação do RDA por este se encontrar mais alinhado com os FRBR e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Algumas instituições que não implementaram o RDA consideram vir a fazê-lo, o que poderá representar uma viragem ao nível da catalogação internacional e nacional.

Em Junho de 2015, o Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado (GIBACE) publicou um relatório preliminar dedicado ao tema “Bibliotecas da

Administração Central do Estado - Pensar o futuro”. Este relatório permite retirar algumas considerações que nos remetem para um posicionamento e uma estratégia que se pretende seguir ao nível das BACE “No desenvolvimento da política nacional de informação e no funcionamento do sistema biblioteconómico nacional” mas que igualmente pode e deve ser aproveitado pelas restantes redes de bibliotecas portuguesas. Um aspecto evidenciado neste relatório é que”... ao contrário de outros países, em Portugal não existe uma entidade gestora do sistema biblioteconómico, pelo que o ritmo de desenvolvimento dos vários componentes do sistema é muitas vezes feito de forma aleatória e avulsa...” (GIBACE, 2015, p.30), o que se reflecte na inexistência de uma política global e transversal na área das bibliotecas.

No que concerne ao RDA, e sua relação com os FRBR, o relatório do GIBACE aponta para um período de transição ao nível da descrição bibliográfica, verificando-se uma abordagem mais “analítica e orgânica” (GIBACE, 2015, p.80), que ao desagregar e decompor os dados bibliográficos numa primeira fase, permite *a posteriori*, uma agregação dos elementos, permitindo uma melhor visualização da informação, indo ao encontro das necessidades dos utilizadores.

O Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado refere que, dada a riqueza do modelo conceptual FRBR e do código RDA, para a uma efectiva consolidação dos grandes objetivos dos catálogos, através de uma “...estrutura sindética mais rica...” (GIBACE, 2015, p. 80) as organizações terão de tomar uma posição quanto à implementação deste modelo, que poderá passar pelo processo de FerBerização dos dados, contudo, seria desejável a implementação de um catálogo de nova geração.

CAPÍTULO 3: ABORDAGEM METODOLÓGICA

3.1. Finalidade e objectivo da investigação

Este trabalho de investigação teve como finalidade compreender e estudar o posicionamento institucional e profissional na área das CID em Portugal acerca do RDA. A questão do posicionamento parece-me de extrema relevância, sendo determinado pelo grau de conhecimento acerca do RDA por parte das instituições e dos profissionais. Nos últimos anos inúmeros países têm-se pronunciado acerca da implementação do RDA. Em Portugal será que esta questão se levanta junto das instituições e dos profissionais? Este trabalho procura aferir não apenas meras percepções acerca do tema, mas sim identificar o posicionamento acerca do RDA e as razões que o determinam.

Assim, procurou-se atingir os fins da investigação tendo em conta um conjunto de objectivos, inicialmente delimitados pela análise da literatura e mais tarde com as entrevistas. Os principais objectivos circunscreveram-se:

1. Analisar o conhecimento genérico das instituições e dos profissionais acerca do RDA;
2. Verificar a existência de discussão relevante acerca do tema;
3. Análisar o posicionamento institucional e profissional acerca da implementação do RDA.

Estes objectivos permitem sobretudo conhecer e criar um ponto de situação acerca da implementação do RDA. Com os fins supracitados pretende-se dar a conhecer a relevância que este tema tem para as instituições, para os profissionais I-D e para a academia em geral, dando um contributo para posteriores abordagens que permitam uma melhor compreensão do fenómeno que é a implementação do RDA.

3.2. Métodos e abordagem

O método científico define-se como um conjunto de regras concretas empregues numa dada investigação com o objectivo de obter resultados com elevada probabilidade

de confiança. Para Vilelas (2009), o método encontra-se intimamente ligado às construções teóricas e práticas, ou seja um permanente caminho para atingir uma finalidade baseado em permanentes verificações e demonstrações ao nível da investigação. De forma geral, diferentes autores apresentam diferentes tipos de métodos; método indutivo, dedutivo, hipotético dedutivo e fenomenológico.

No que diz respeito a esta investigação, utilizou-se o método indutivo ⁷, partindo para a análise da realidade com um questão. O método indutivo comporta em si mesmo a observação, a análise, e as conclusões. No que diz respeito à observação ela é indirecta, na medida em que o investigador procura informação junto dos entrevistados. Este tipo de observação em alguns casos é apontado como pouco objectivo e que exige algum cuidado para obter elementos rigorosos (Quivy, 2008).

Ainda no que diz respeito ao método mas especificamente a sua abordagem, Denscombe (2008) sugere que a abordagem metodológica é composta por três paradigmas : métodos quantitativos , qualitativos e mistos, cada uma dos quais se baseia num sistema de crença filosófica , ou seja , o positivismo , o construtivismo e pragmatismo. Estas concepções estão directamente relacionadas com a forma como o investigador vê a realidade, ou seja se o investigador vê o objecto como um fenómeno explicável através de determinados métodos, ou o investigador entende o objecto de estudo, ou seja o fenómeno científico, como um processo de construção.

A abordagem quantitativa tem como objectivo último, a construção de leis gerais que se revelam através do método científico de matriz dedutiva, positivista, onde tudo pode ser quantificável e se preconiza a apresentação e subsequente manipulação dos dados que advêm da observação (Vilelas, 2009). Já a abordagem qualitativa é orientada para a compreensão dos fenómenos visando promover contributos para a construção de teorias. De uma forma sucinta pode-se afirmar que a abordagem quantitativa tal como o seu nome indica se foca na quantidade a medir, enquanto que uma abordagem qualitativa se baseia no discurso, sugerindo a enunciação de qualidades que nem sempre quantificáveis e que decorrem do discurso do sujeito intermediário na

⁷ O método indutivo surge com Francis Bacon. Na sua concepção, o método indutivo partia da observação dos factos, através do raciocínio indutivo, ou seja, pela experimentação daquilo que podia ser passível de observação.

investigação. Segundo Flick (2009), a abordagem qualitativa usa o texto como material empírico, partindo da noção da construção social das realidades em estudo, ou seja, interessa-se sobre as perspectivas dos participantes, relativamente ao objecto de estudo

Nesta investigação, e porque o foco é o entendimento dos fenómenos e seus significados, a abordagem é eminentemente qualitativa, baseando-se na relação entre a pesquisa empírica e o referencial teórico. Vilelas (2009) infere que apesar de não existirem regras metodológica rígidas, é importante a escolha da estratégia e da recolha de dados.

Nesta dissertação sobre o posicionamento institucional e profissional acerca do RDA procura-se entender e analisar o impacto que o RDA tem e possa vir a ter nas instituições e nos profissionais I-D. Contudo, e porque este novo normativo é relativamente recente e estabelece um novo paradigma ao nível da catalogação. São poucas as instituições e profissionais I-D passíveis de se constituir participantes no objecto de estudo, pelo que, só uma abordagem qualitativa poderá permitir conhecer com detalhe as perspectivas e as concepções que os profissionais I-D têm relativamente ao RDA.

3.3. Amostra

Uma amostra é uma parte de um todo que se denomina população. A definição da população e conseqüentemente da amostra é determinada pelo objectivo da investigação, mas também por outras variáveis como a especificidade e complexidade da investigação.

Na definição de uma amostra, a sua observação deverá permitir retirar conclusões semelhantes às que se chegaria observando toda a população. Estamos assim perante uma amostra representativa, pois ela contém os elementos necessários à investigação. Especificamente, nos estudos qualitativos as amostras são reduzidas, uma vez que, como referimos anteriormente, os objectivos não são de natureza quantificável.

De acordo com Flick (2009) a seleção da amostra deve expressar uma ampla cobertura que se adeque aos objectivos da investigação, bem como uma análise tão profunda quanto possível. A profundidade da análise deve ter em linha de conta se o

objectivo da investigação é produzir resultados generalizados, ou se se pretende uma análise específica (Denscombe, 2007).

A amostragem deve ser definida de forma rigorosa e não aleatória, devendo por isso passar por várias etapas. Vilelas (2009) propõe a:

- definição da unidade de análise e delimitação da população;
- verificação se a investigação incide sobre a população ou se se realiza a técnica de amostragem;
- Determinação de uma amostragem probabilística ou não probabilística;
- Cálculo do tamanho da amostra

Assim, e no que importa para esta investigação, a técnica de amostragem é não – probabilística, ou seja tem uma matriz empírica e pragamática, sendo utilizada para investigações que suportem menos custos e que carecem de alguma rapidez na apresentação de resultados. Reconhecendo que a abordagem não permite uma generalização automática dos resultados, realce-se que esta investigação carrou alguns dos principais agentes nacionais na difusão e implementação de normas profissionais.

As amostras não-probabilísticas mais comuns são as amostras por conveniência, por quotas e as amostras intencionais. Nesta dissertação utilizou-se uma amostragem do tipo intencional, onde os participantes foram escolhidos dentro da população, pela sua experiência profissional, pela sua possível relação com o objecto de estudo, ou até mesmo pelo seu interesse na matéria.

Esta investigação acerca do posicionamento institucional e profissional acerca do RDA determinou que a opção recaísse sobre uma amostra intencional por existirem muito poucas instituições nas áreas I-D, que pudessem possuir conhecimento suficiente para se pronunciar sobre um tema relativamente recente na área da catalogação.

A amostra foi dividida em dois grupos. Um grupo I composto pelas principais instituições na área da biblioteconomia e que possuem responsabilidades ao nível da normalização. A Biblioteca Nacional de Portugal, a Direcção Geral do Livro e Bibliotecas e a Rede de Bibliotecas Escolares apresentaram-se assim como instituições a abordar na

investigação, pela sua responsabilidade em matérias de normalização, neste caso em concreto, na área da catalogação. Contudo apenas a BNP concedeu entrevista, sendo que as outras instituições remeteram a entrevista para a BNP, justificando a sua posição com o argumento de se tratar de um assunto de normalização o qual segundo essas instituições é competência da BNP. Um grupo II constituído por profissionais I-D com experiência na área da catalogação, contando ainda com a participação de um docente universitário. Ao nível dos profissionais selecionados, o critério baseou-se na experiência profissional destes profissionais I-D (bibliotecários de bibliotecas universitárias, públicas e escolares) em questões relacionadas com normativos sobretudo ao nível da catalogação. Foi igualmente importante introduzir na amostra um profissional docente académico que eventualmente possui-se conhecimentos e estivesse acompanhando os desenvolvimentos ao nível do RDA.

A amostra representativa para esta investigação, foi composta por uma instituição (BNP), por um (01) docente universitário e dois (02) profissionais I-D, uma vez que um terceiro profissional I-D, quando confrontado com a entrevista, optou por não expressar suficientes considerações, explicitando que não tem acompanhado com o detalhe necessário os desenvolvimentos sobre o RDA e que o seu contributo para a investigação não teria expressão.

3.4. As entrevistas

Do ponto de vista da abordagem metodológica, de matriz qualitativa, as entrevistas são uma forma primordial de recolha de informações acerca do objecto de estudo. As entrevistas proporcionam a vantagem de uma recolha específica de informações que outros métodos de recolha não permitem, uma vez que o entrevistador se encontra numa interação com o participante, ou seja um contacto directo que proporciona uma recolha privilegiada e em profundidade, de impressões e concepções ricas de dados, que não seria possível através de outra forma. Assim a entrevista permite desenvolver as hipóteses de trabalho do ponto de vista teórico, possibilitando no entanto o desenvolvimento e sistematização de novas hipóteses passíveis de serem objecto de análise (Quivy, 2008). Segundo Bogdan e Biklen (2010, p.134), “uma entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do

próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo.”

A literatura identifica duas grandes tipologias de entrevistas: não estruturadas e estruturadas. As entrevistas não estruturadas, ou seja abertas, de forma geral não são compostas por nenhum guião, embora possa existir uma pequena matriz. Vilelas (2009) refere três tipos de entrevistas não estruturadas:

1. Entrevista informal, reducionista que se compõe por uma simples conversa aberta onde se incentiva e se estimula o participante a falar sobre o tema.
2. Entrevista focalizada, ou seja centrada num único tema, em que o investigador deve procurar manter o participante focado na temática.
3. Entrevista guiada, sendo orientada pelos interesses do investigador.

Pode-se afirmar que a principal característica das entrevistas não estruturadas é a sua flexibilidade, o discurso livre, a visão holística; contudo o tratamento e análise dos dados é difícil e complexo.

As entrevistas estruturadas são compostas por uma estrutura que admite poucas possibilidades de resposta. O seu grau de objectividade é grande, o que permite que geralmente todos os participantes respondam às questões segundo a sua estrutura, ou seja, segundo a sua ordem, o que do ponto de vista do tratamento dos dados facilita naturalmente a sua análise. Denscombe (2007) refere que as entrevistas estruturadas se encontram ligadas a abordagens quantitativas, compreensível na medida em que esta tipologia de entrevista se aproxima da técnica de questionário.

Existe também na literatura um outro tipo de entrevista que combina perguntas abertas e fechadas, pelo que o investigador tem a possibilidade de discorrer sobre a temática. Neste tipo de entrevista o investigador segue um conjunto de questões definidas previamente, que podem ser aprofundadas ao longo da entrevista dependendo grau de conhecimento ou relação do participante com a temática. Esta tipologia de entrevista é bastante utilizada quando se pretende uma delimitação das informações, sendo mais direccionada ao tema, existindo um controlo na definição das perguntas, e onde a intervenção do investigador se destina a alcançar os objectivos da investigação, proporcionando ao participante as melhores condições de resposta. O

principal objectivo na opção por este deste tipo de entrevista é conseguir objectividade e controlo, aliados à flexibilidade.

A aplicação neste estudo da entrevista semi-estruturada teve em consideração que a temática exige algum domínio. A opção pela entrevista semi-estruturada ou como alguns autores referem entrevista mista, pareceu ser a mais adequada por permitir algum controlo, mas também por se revelar flexível na medida em que o participante não se depara com questões rígidas e estanques.

O planeamento e processo das entrevistas

No processo de entrevistas foi elaborado um guião de entrevista. Ainda que fosse desejável, não foram realizadas entrevistas experimentais por forma a adequar ou melhorar o guião de entrevista, testando a sua organização lógica. Verificou-se *a posteriori*, que apesar de não se ter efectuado um teste experimental, as questões revelaram-se adequadas dentro das dimensões abordadas.

O contacto com as instituições e profissionais participantes foi efectuado através de correio electrónico, onde se enunciou o tema da investigação bem como os objectivos pretendidos, o porquê da sua escolha bem como a importância da sua participação na investigação. O local e data de realização das entrevistas foi previamente combinado. As entrevistas foram realizadas nas instituições onde os profissionais trabalham. O investigador foi recebido com bastante agrado, tendo-lhe sido proporcionado um ambiente favorável à realização da entrevista.

No início de cada entrevista foram sempre tecidas palavras de agradecimento pela disponibilidade dos participantes, bem como referidas as questões éticas a garantir, como o reforço do anonimato e da confidencialidade. Foi igualmente explicado aos participantes os grandes objectivos da entrevista, como esta seria organizada, e que todas as respostas eram válidas no âmbito da investigação, procurando-se evitar tanto quanto possível, o uso de vocabulário demasiado técnico. Foram tidos em conta aspectos fundamentais, como a atenção permanente ao discurso do participante, focando-se o discurso nas questões a desenvolver sem grandes intervenções (Flick, 2009). A gravação das entrevistas teve o consentimento de todos os participantes, tendo a sua transcrição sido efectuada após uma primeira audição e tomada de notas. A

transcrição das entrevistas não se encontra em apêndice à presente investigação por forma a garantir a ética que se exige a um trabalho científico, nomeadamente o anonimato e a confidencialidade.

O Guião de entrevista

A elaboração do guião de entrevista (cf. Apêndice a, Guião de Entrevista,) teve por base alcançar o grande objectivo da investigação (posicionamento institucional e profissional acerca do RDA), objectivo esse que para ser atingido, teve de ser decomposto no guião de entrevista em três grandes dimensões.

Com a primeira dimensão (Conhecimento) pretendeu-se obter um panorama sobre o conhecimento e discussão acerca do RDA. Esta dimensão de matriz generalista teve como objectivo lançar a temática, sendo que o tipo de questões apresentadas aos participantes foi mais aberta, com o propósito de motivar os participantes para a discussão.

A segunda dimensão (Características do RDA) pretendeu lançar o debate para uma matriz mais técnica, lançando questões relacionadas com implicações técnicas acerca da implementação do RDA.

A terceira dimensão (Implementação do RDA) teve como objectivo identificar a posição concreta das instituições e profissionais participantes nas entrevistas, acerca da implementação do RDA, e perceber o porquê dessa posição. Finalmente foi colocado aos participantes a hipótese de se pronunciarem acerca de alguma assunto que julgassem pertinente e que de certa forma não tinha sido abordado na entrevista. Assim e de forma resumida foram abordadas três grandes dimensões (cf. Quadro 1) compostas por um conjunto de questões que se enquadravam dentro de cada dimensão. No final da abordagem às questões pertencentes a cada uma das dimensões, proporcionou-se aos participantes a possibilidade de falar sobre algum assunto que julgassem pertinente e que não tivesse sido abordado na entrevista, o que em alguns casos se revelou interessante do ponto de vista que os participantes se libertaram um pouco do direccionamento da entrevista e manifestaram considerações que se julgaram pertinentes para a investigação.

Quadro 1 – Dimensões e respectivas questões

Dimensão	Questões associadas
Conhecimento RDA	1.1 ; 1.2
Características do RDA	2.1 ; 2.2 ; 2.3 ; 2.4 ; 2.5; 2.6
Implementação do RDA	3.1 ; 3.2 ;
	Questão final

O guião de entrevista foi utilizado para analisar o posicionamento das instituições enquadradas no Grupo I e para a análise do posicionamento dos profissionais I-D pertencentes ao Grupo II. Apesar de estarmos na presença de dois grupos de participantes entendeu-se não alterar a estrutura do guião de entrevista, uma vez que este se demonstrou suficiente, indo ao encontro do objecto de estudo.

3.5 Tratamento dos dados

O processo de tratamento e posterior análise dos dados iniciou-se com uma leitura cuidada dos dados e consequente tomada de notas relativas à observação. Todo o processo tem na sua base uma metodologia baseada numa lógica indutiva. Para tratamento e análise os dados, a literatura considera duas tipologias de análise: a análise de discurso; análise de conteúdo. A análise de discurso é uma análise que sobretudo trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, sentido esse que não é traduzido mas produzido. Trata-se de um método essencialmente empírico. A análise de discurso não é adequada a esta abordagem eminentemente qualitativa. O tratamento dos dados nesta investigação, é efectuado sobretudo ao nível da análise de conteúdo.

Para Bardin (1979, p.42) a análise de conteúdo é “Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.”. A análise de conteúdo é construída através da temática que surge de uma pré-análise (fase em que se organiza o material a ser analisado com o objetivo de torná-lo operacional); da exploração do material (definição de categorias; sistemas de

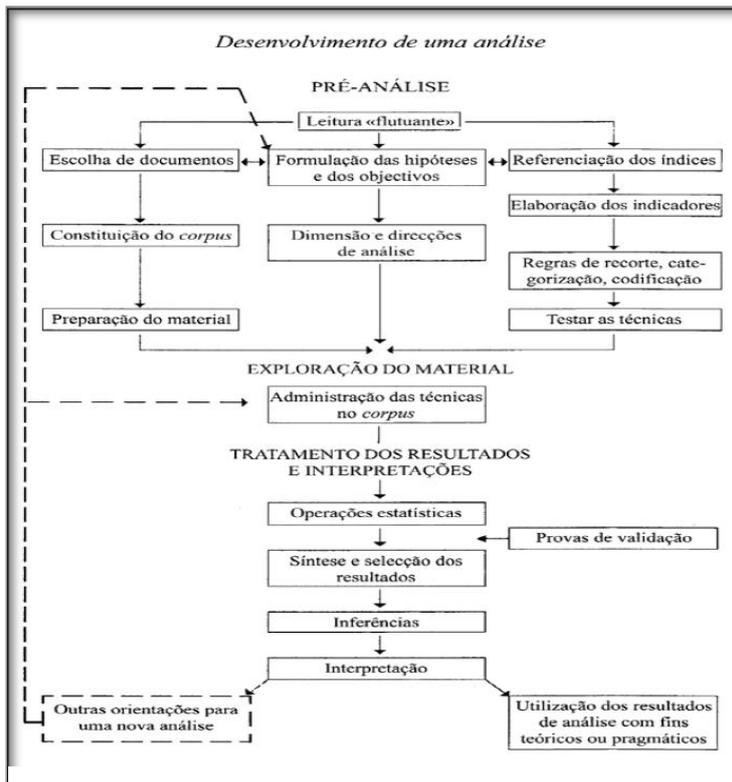


Fig.2 –Análise de conteúdo. Fonte, Bardin (1979)

codificação); e do tratamento dos resultados, ou seja a inferência, a interpretação, tratando-se de um momento da intuição, da análise reflexiva e crítica (Bardin, 1979).

Para Quivy, (2003, p.226) a análise de conteúdo “...permite, quando incide sobre um material rico e penetrante, satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da

profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis.”

A análise de conteúdo é no entanto objecto de algumas críticas. Para Flick (2009) a categorização em si mesma pode não permitir uma análise profunda. Um outro aspecto a salientar é a neutralidade do investigador ser colocada em causa, por força das suas próprias interpretações.

Codificação

Bardin (1979) define codificação como o processo de transformação, através de recorte, agregação e enumeração, baseado em regras precisas sobre as informações textuais representativas das características do conteúdo dos dados. Para o efeito, consideram-se a existência de regularidades ou mesmo ausências, que se materializam em padrões. Procura-se assim codificar unidades de texto, palavras, frases, expressões. Vilelas (2009) define a codificação como um procedimento de divisão e conceptualização dos dados que permite estabelecer relações, quando o investigador examina os dados e os recorta por unidades de análise que formam categorias. Semelhante definição apresenta Laperrière (1997) que define a codificação como um processo de coligir dados, que se comparam com outros dados e que formam categorias.

Na definição de codificação apresentada por Saldaña (2009, p. 8) *“coding is thus a method that enables you to organize and group similarly coded data into categories[...]because they share the same characteristic – the begging of a pattern”*.

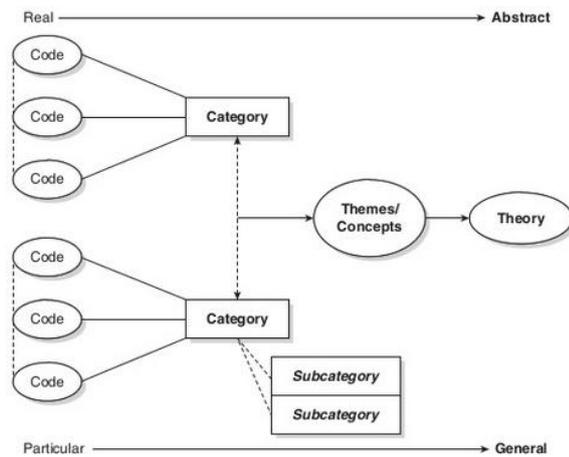


Fig.3 O processo de codificação. Fonte, Saldaña (2009, p.12)

A literatura identifica vários tipos de codificação. A codificação aberta em que todos os dados podem ser objecto de codificação. A codificação axial que procura integrar as categorias, através de um processo de redução do número de categorias. A codificação selectiva que procede à integração das categorias e suas relações teóricas numa categoria central (Vilelas, 2009). Neste trabalho de investigação a abordagem utilizada, considerando a novidade do tema e o seu reduzido desenvolvimento em Portugal, optou-se por ficar no primeiro nível de codificação, ou seja, na elaboração de categorias, e na posterior análise das relações entre as categorias que emergiram, uma vez que o objectivo da investigação não é a formulação de um marco teórico ou conceptual, mas sim uma abordagem que pretende clarificar o estado de um fenómeno (RDA em Portugal).

O tratamento dos dados foi efectuado em dois grupos como anteriormente referido. Sendo que as instituições foram enquadradas no Grupo I e os profissionais I-D no Grupo II. Assim, no que concerne à apresentação do tratamento de dados foram elaborados dois quadros de categorização das respostas às entrevistas. O primeiro quadro (cf. Quadro 2) que corresponde à entrevista à BNP, é formado por três colunas. A primeira coluna diz respeito às categorias; a segunda coluna, representa as possíveis subcategorias; a terceira coluna é composta por unidades/recortes que originam a atribuição de códigos (C1, C2, ...). O segundo quadro que corresponde às entrevistas do Grupo II, (cf. Quadro 3) apresenta adicionalmente uma quarta coluna com a indicação da entrevista (P1, E,2, P3, E4). De seguida se apresentam os quadros 2 e 3, onde se sistematiza o tratamento dos dados retirados das entrevistas.

Quadro 2 – Categorias e codificação da entrevista do Grupo I

Categoria	Subcategoria	Código
RDA: Conhecimento e discussão	Informação disponível	<p>“ Informação sobretudo em Inglês”(C1)</p> <p>“BNP divulgou um boletim em 2012” (C2)</p>
	Avaliação das propostas	“ workshops” (C3)
	Discussão Suficiente	<p>“Comunicação em Congresso da BAD” (C4)</p> <p>“pouca discussão” (C5)</p> <p>“Colaboração da BNP junto da EURIG” (C6)</p>
Características do RDA	Principais características	<p>“ O RDA tem em conta um conjunto de elementos, atributos e relações” (C7)</p> <p>“filosofia, no fundo, de desagregação de elementos” (C8)</p> <p>“É o primeiro código a implementar os requisitos funcionais, quer os FRBR quer os FRAD e os princípios de catalogação” (C9)</p> <p>“O RDA começou por analisar o todo, no fundo reconstruiu, desmembrou em elementos e subelementos e depois voltou a reorganizar” (C10)</p> <p>“RDA não trabalha por registo, é por elementos” (C11)</p>
	A ISBD no contexto do RDA	<p>“Ou o RDA apresenta um formato também de visualização, ou então não deveria ter relegado a ISBD apenas para formato de visualização porque a ISBD é mais do que isso” (C12)</p> <p>“RDA relegou o ISBD apenas para formato de visualização” (C13)</p> <p>“ISBD só está preparada descrever a manifestação. Não está preparada para descrever a obra e a expressão” (C14)</p>
	Sistemas informação	<p>“O RDA toolkit, quem quiser tem que pagar <i>royalties</i> e tem que se inscrever e não sai barato” (C15)</p> <p>“A tradução só se paga na primeira tradução” (C16)</p> <p>“O RDA pode ser trabalhado por qualquer formato MARC” (C17)</p> <p>“o próprio UNIMARC já criou campos e subcampos para registar elementos que venham do RDA” (C18)</p> <p>“Para já quem quiser implementar o RDA pode implementar com o UNIMARC” (C19)</p>
	Recuperação	<p>“O RDA, ao trabalhar por elementos e desmontar as partes do registo, permite N ligações, N relações entre os elementos” (C20)</p> <p>“...permite da base FRBR uma melhor colocação nos catálogos” (C21)</p> <p>“Se implementarmos a RDA estamos melhor preparados para essa colocação dos elementos, essencialmente para uma reorganização da maneira que quisermos.” (C22)</p>
	Compatibilidade com as RPC	<p>“RDA está preparado para poder coexistir na mesma base de dados com registos feitos de acordo com as outras regras” (C23)</p> <p>“no dia em que se definir que vamos aplicar o RDA, morrem as regras” (C24)</p> <p>“Regras só são actualmente utilizadas para os pontos de acesso” (C25)</p>
Implementação do RDA	Posição assumida	<p>“Formação aos técnicos da BNP de introdução ao RDA” (C26)</p> <p>“Pensamos ter um grupo de trabalho específico para fazer</p>

		afirmação de conceitos e depois disso feito teremos que delinear um plano de implementação” (C27)
--	--	---

Quadro 3 – Categorias e codificação das entrevistas do Grupo II

Categoria	Subcategoria	Código	Entr.
RDA: Conhecimento e discussão	Informação disponível	“assunto sobre o qual não tem havido seguramente informação para a comunidade profissional. Nem por via da Biblioteca Nacional de Portugal, que é a instituição normativa, nem por via da nossa associação profissional” (C1)	P1
		“ainda há muito pouco porque é um código muito recente, não é?” (C2)	P2
		“Em português não, em inglês existem algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto” (C3)	P3
	Avaliação das propostas	“Não é suficiente para permitir um conhecimento nem uma avaliação daquilo que este novo código” (C4)	P1
		“Existência de diferentes níveis de conhecimento” (C5)	P2
		“Em inglês existem algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto” (C6)	P3
	Discussão Suficiente	“... nem suficientemente discutido nem superficialmente discutido” (C7)	P1
		“Workshop ministrado pela BNP” (C8)	P2
		“Discussão insuficiente, ou inexistente” (C9)	P3
Características do RDA	Principais características	“...necessidades do utilizador ao invés das necessidades dos técnicos” (C10)	P1
		“Compatibilizar aquilo que é uma linguagem muito técnica, hermética, fechada com aquilo que é a necessidade do utilizador” (C11)	
		“Aproximação àquilo que é a linguagem que o nosso próprio utilizador usa e melhor entende quando tem que interrogar o catálogo” (C12)	
	“RDA segmenta a informação de acordo com os FRBR” (C13)	P2	
	“Garantia da interoperabilidade” (C14)		
“Tónica no acesso e nos pontos de acesso ao catálogo” (C15)	P3		
“RDA foca-se nas relações” (C16)			
A ISBD no contexto do RDA		“O RDA é o modelo de descrição catalográfica mais consistente com os Princípios Internacionais de Catalogação” (C17)	P1
		“Construção do próprio conhecimento por uma via de participação ativa dos utilizadores” (C18)	
		“O RDA está virado para o futuro da informação” (C19)	

		cataloguing rules" (C20) " As ISBD serão incorporadas, serão mais um elemento que está presente neste <i>standard</i> novo que é o RDA, que não é incompatível com ele" (C21)		
		" As ISBD nascem num contexto ainda muito positivista de descrição analítica... RDA é na relação que está o foco." (C22)	P2	
		"As ISBD não se adequam bem ao modelo de descrição catalográfica que é o RDA" (C23)	P3	
	Sistemas informação	"Os sistemas de informação terão que garantir os registos bibliográficos" (C24)	P1	
		"Acho que se fala na compatibilidade e na possibilidade das diferentes linguagens" (C25) "Sistema neutro compatível com linguagem MARC" (C26)	P2	
		"Os sistemas que não estão ainda adaptados (os mais tradicionais que se limitam a oferecer a pesquisa e recuperação tradicionais) vão perder o seu lugar no mercado" (C27) "Os sistemas que já oferecem serviços mais inovadores e consentâneos com as alterações preconizadas pelo RDA, terão licenças mais adequadas a este novo tipo de funcionamento que terão que ser alvo de investimento por parte dos serviços de informação." (C28) "Os campos de ligação (4xx) do unimarc vão ser amplamente usados e explorados e possivelmente terão que ser desenvolvidos novos campos ou subcampos" (C29)	P3	
	Recuperação	"Lógica funcional muito ligada àquilo que são as suas estratégias de pesquisa e na perspectiva de que a recuperação da informação" (C30) "...vamos ter necessariamente mais pontos de acesso ou outros pontos de acesso que até agora nós não considerámos." (C31)	P1	
		"O foco passou a estar na obra, que é a entidade abstracta em que pensa o utilizador" (C32) "...vai haver um grande crescimento no acesso." (C33)	P2	
		"A recuperação será tendencialmente mais rica e menos ruidosa" (C34)	P3	
	Compatibilidade com as RPC	"Portugal precisa de rever as suas próprias regras portuguesas de catalogação há muitas décadas, em bom rigor" (C35) "quando não temos resposta nas RPC vamos às ISBD e resolvemos o problema" (C36) "Tenho dúvida sobre a necessidade de regras portuguesas de catalogação" (C37)	P1	
		"Para o RDA é preciso também levar atrás as regras portuguesas de catalogação...necessidade de revisão das RPC." (C38) "...é preciso adaptar, mas sem ferir demais aquilo que é específico da informação." (C39)	P2	
		"Há uma clara necessidade de rever as RPC quando se decidir a adopção do RDA" (C40)	P3	
	Implementação do RDA	Posição assumida	"Eu diria que em Portugal não perspectivava para breve sequer esta implementação." (C41) "A BNP tem de manifestar o seu posicionamento relativamente à implementação do RDA" (C42)	P1

		<p>“O RDA é o futuro da descrição da informação geral” (C43)</p> <p>“Tem de partir da BNP o posicionamento acerca da implementação” (C44)</p> <p>“ A BNP deve ouvir as partes interessadas no qual se incluem especialmente os utilizadores.” (C45)</p>	P2
		<p>“A implementação do RDA deveria começar pela BN... deveria... mas a meu ver irá começar nas bibliotecas universitárias pois estas estão mais à frente no que respeita a novos paradigmas” (C46)</p> <p>“Se houvesse previamente um trabalho de partilha entre a BN e as BP e entre as próprias BP, seria mais simples” (C47)</p>	P3

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise e interpretação dos dados

A análise dos dados “é o cerne da questão [...] e a espinha dorsal do procedimento empírico” (Flick, 2005, p.179). Após a explicação e descrição dos instrumentos e procedimentos metodológicos adoptados na realização deste estudo, no presente capítulo serão enunciados a apresentação, interpretação e análise dos resultados realizada ao corpus das entrevistas, e que se sistematizou através da codificação, categorias e subcategorias. O procedimento terá naturalmente um referencial que advém de conceitos da revisão da literatura, permitindo uma confrontação entre o quadro teórico e a investigação.

A análise e interpretação dos resultados são efectuadas por categorias, subcategorias e respectivos códigos, numa relação íntima com os conceitos que advém da revisão da literatura e tendo como objectivo último responder aos objectivos da investigação, especialmente o posicionamento das instituições e profissionais I-D em Portugal, relativamente ao RDA. Em primeiro lugar serão analisados e interpretados os dados relativos à entrevista ao Grupo I, seguidos dos dados das entrevistas que incorporam o Grupo II.

4.1.1 Análise e interpretação dos resultados do Grupo I

Dentro deste grupo foi intenção desta investigação conseguir entrevistar três instituições basilares do ponto de vista biblioteconómico em Portugal: A Biblioteca Nacional de Portugal, a Rede de Bibliotecas Escolares e a Direcção Geral do Livro dos

Arquivos e Bibliotecas. Tanto a RBE como a DGLAB, não quiseram responder à entrevista, justificando essa posição com o argumento que o RDA enquanto código de catalogação deve ser avaliado por quem tem a responsabilidade dos serviços de normalização em Portugal, ou seja a BNP. Esta posição leva-nos a inferir que não houve da parte dessas instituições, motivação para conhecer e avaliar as propostas do RDA, limitando-se num eventual futuro a receber orientações da BNP. Contudo é de salientar que a DGLAB “decorrente das suas atribuições, elabora e promove a aplicação de orientações técnicas e normativas.”⁸

RDA: Conhecimento e discussão

Para o desenvolvimento da presente investigação, e com o intuito de alcançar o grande objectivo (análise do posicionamento institucional e profissional) verificou-se ser uma variável bastante importante o conhecimento e discussão na comunidade científica acerca do RDA.

Quadro Nº4 - RDA: Conhecimento e discussão

Categoria	Subcategoria	Código
RDA: Conhecimento e discussão	Informação disponível	“ Informação sobretudo em Inglês” (C1) “BNP divulgou um boletim em 2012” (C2)
	Avaliação das propostas	“ <i>Workshops</i> ” (C3)
	Discussão Suficiente	“Comunicação em Congresso da BAD” (C4) “pouca discussão” (C5) “Colaboração da BNP junto da EURIG” (C6)

Através da análise ao quadro nº4, e que reflecte os dados obtidos junto da BNP, verifica-se que ainda que seja a BNP a instituição normalizadora no que diz respeito à catalogação em Portugal, que a informação disponível se encontra “...sobretudo em Inglês” (C1), sendo que a BNP “...divulgou um boletim em 2012” (C2) por forma a disponibilizar alguma informação acerca do RDA enquanto normativo. A Biblioteca Nacional de Portugal considera que para uma avaliação das propostas deve considerar-se a realização de “*Workshop’s*” (C3) junto da comunidade biblioteconómica. A subcategoria indicada no quadro anterior, que diz respeito à suficiência da discussão acerca do RDA, reflecte que o RDA foi discutido numa comunicação “Congresso BAD”

⁸ Fonte : <http://www.dglab.gov.pt/bibliotecas/>

(C4), mas que tem havido muito “pouca discussão” (C5), o que de certa forma a BNP justifica com o facto de o RDA não se encontrar completamente finalizado. De qualquer forma a BNP discute e colabora ao nível europeu na consolidação do RDA “Colaboração da BNP junto da EURIG” (C6). A análise desta primeira categoria permite-nos inferir que a informação, a discussão e o conhecimento sobre o RDA é, de uma forma geral insuficiente.

Características do RDA

Relativamente às características do RDA (cf. Quadro nº5 - Características do RDA), a BNP reflecte um conhecimento bastante aprofundado e que vem de encontro aos elementos recolhidos na revisão da literatura. Quanto às principais características é referido o alinhamento entre o RDA e os FRBR. A BNP afirma que o RDA é “o primeiro código a implementar os requisitos funcionais, quer os FRBR quer os FRAD e os princípios de catalogação” (C9), esta consideração é suportada pela concepção de que o “RDA tem em conta um conjunto de elementos, atributos e relações” (C7) o que é validado através da análise da literatura. O RDA segundo a BNP, tem por base uma filosofia diferente dos outros códigos de catalogação “...desagregação de elementos” (C8) e que parte por “...analisar o todo, no fundo reconstruiu, desmembrou em elementos e subelementos e depois voltou a reorganizar” (C10), ou seja a sua base de trabalho não está no registo, mas nos “elementos” (C11) que compõem a descrição bibliográfica e que permitem a identificação de pessoas, entidades, famílias, de acordo com o modelo FRBR.

Quanto à ISBD no contexto do RDA, é referido que a ISBD “só está preparada descrever a manifestação. Não está preparada para descrever a obra e a expressão.” (C14). Esta expressão dá ênfase ao facto de que o RDA enquanto normativo para a descrição bibliográfica se encontra alinhado com os princípios dos FRBR. Uma outra inferência se pode efectuar no que diz respeito à visualização da informação, e o facto de o RDA ter de alguma forma colocado a ISBD como apêndice ao código, o que constitui uma crítica de Bianchini e Guerrini (2009) anteriormente referida na revisão da literatura. Assim na opinião da BNP, o “RDA relegou o ISBD apenas para formato de visualização” (C13), sendo que torna-se necessário que o RDA apresente um formato de visualização “Ou o RDA apresenta um formato também de visualização, ou então não

deveria ter relegado a ISBD apenas para formato de visualização porque a ISBD é mais do que isso” (C12). Verifica-se efectivamente que algum trabalho tem de ser feito no sentido de aproximar, ou seja harmonizar o RDA e a ISBD.

Na subcategoria “Sistemas de informação”, a BNP considera que o RDA não apresenta dificuldades ao nível da linguagem nos sistemas de informação, “O RDA pode ser trabalhado por qualquer formato MARC” (C17), uma vez que “o próprio UNIMARC já criou campos e subcampos para registar elementos que venham do RDA” (C18). Estas considerações são suportadas pelas considerações apresentadas na revisão da literatura “...independente de esquemas de codificação, podendo ser usados entre outros metadados o UNIMARC ou MARC21 (Tosaka; Park, 2013). No que concerne às licenças para a plataforma RDA Toolkit, que simplificam a consulta, permitindo rapidamente consultar diferentes secções dos seus capítulos, a BNP afirma que o licenciamento é relativamente caro “O RDA Toolkit, quem quiser tem que pagar *royalties* e tem que se inscrever e não sai barato” (C15), contudo é importante referir que relativamente à tradução “...só se paga na primeira tradução” (C16). Esta subcategoria permite-nos inferir que no que concerne à compatibilidade e interoperabilidade entre sistemas de informação do mesmo tipo, RDA não apresenta problemas de maior. É ainda de referir que o licenciamento apesar de não ser barato, a tradução apenas é paga uma primeira vez, ficando disponível para as licenças que se venham a adquirir.

Uma outra subcategoria que emerge da categoria “Características do RDA”, é a questão da recuperação da informação. Segundo a BNP, e no seguimento da estrutura dos FRBR “O RDA, ao trabalhar por elementos e desmontar as partes do registo, permite N ligações, N relações entre os elementos” (C20), sendo que a recuperação da informação é simplificada “...permite da base FRBR uma melhor colocação nos catálogos” (C21). “Se implementarmos o RDA estamos melhor preparados para essa colocação dos elementos, essencialmente para uma reorganização da maneira que quisermos.” (C22). Daqui se infere que o RDA, seguindo a estrutura relacional dos FRBR, permite uma melhor organização dos catálogos e conseqüente simplificação do processo de recuperação da informação.

Na subcategoria “Compatibilidade com as RPC”, verificamos que efectivamente as RPC têm do ponto de vista da descrição bibliográfica uma importância diminuta. As RPC “...só são actualmente utilizadas para os pontos de acesso” (C25), e que, com a

adoção do RDA as RPC vão acabar por não fazer muito sentido “...no dia em que se definir que vamos aplicar o RDA, morrem as regras” (C24). Contudo o RDA, pela sua flexibilidade”...está preparado para poder coexistir na mesma base de dados, com registos feitos de acordo com as outras regras” (C23).

Uma outra característica, não definida na subcategoria “Principais características” relaciona-se com a questão da Web Semântica. Na opinião da BNP, o RDA está muito melhor preparado para os dados ligados, os linking data, que são os dados da Web semântica. Este aspecto reforça o potencial do RDA enquanto código de catalogação.

Quadro Nº 5 - Características do RDA

Categoria	Subcategoria	Código
Características do RDA	Principais características	<p>“ O RDA tem em conta um conjunto de elementos, atributos e relações” (C7)</p> <p>“filosofia, no fundo, de desagregação de elementos” (C8)</p> <p>“É o primeiro código a implementar os requisitos funcionais, quer os FRBR quer os FRAD e os princípios de catalogação” (C9)</p> <p>“O RDA começou por analisar o todo, no fundo reconstruiu, desmembrou em elementos e sub elementos e depois voltou a reorganizar” (C10)</p> <p>“RDA não trabalha por registo, é por elementos” (C11)</p>
	As ISBD no contexto do RDA	<p>“Ou o RDA apresenta um formato também de visualização, ou então não deveria ter relegado a ISBD apenas para formato de visualização porque a ISBD é mais do que isso” (C12)</p> <p>“RDA relegou o ISBD apenas para formato de visualização” (C13)</p> <p>“ISBD só está preparada descrever a manifestação. Não está preparada para descrever a obra e a expressão” (C14)</p>
	Sistemas informação	<p>“O RDA toolkit, quem quiser tem que pagar <i>royalties</i> e tem que se inscrever e não sai barato” (C15)</p> <p>“A tradução só se paga na primeira tradução” (C16)</p> <p>“O RDA pode ser trabalhado por qualquer formato MARC” (C17)</p> <p>“o próprio UNIMARC já criou campos e subcampos para registar elementos que venham do RDA” (C18)</p> <p>“Para já quem quiser implementar o RDA pode implementar com o UNIMARC” (C19)</p>
	Recuperação	<p>“O RDA, ao trabalhar por elementos e desmontar as partes do registo, permite N ligações, N relações entre os elementos” (C20)</p> <p>“...permite da base FRBR uma melhor colocação nos catálogos” (C21)</p> <p>“Se implementarmos a RDA estamos melhor preparados para essa colocação dos elementos, essencialmente para uma reorganização da maneira que quisermos.” (C22)</p>
	Compatibilidade com as RPC	<p>“RDA está preparado para poder coexistir na mesma base de</p>

		<p>dados com registos feitos de acordo com as outras regras” (C23)</p> <p>“no dia em que se definir que vamos aplicar o RDA, morrem as regras” (C24)</p> <p>“Regras só são actualmente utilizadas para os pontos de acesso” (C25)</p>
--	--	---

Implementação do RDA

Finalmente e do ponto de vista institucional, torna-se essencial analisar e interpretar a sua posição relativamente a este aspecto (cf. Quadro Nº 6 - Implementação do RDA). Neste caso concreto, esta última categoria é indicadora de que neste momento a BNP não assume nenhuma posição específica, contudo procede a um trabalho contínuo de formação dos seus técnicos “Formação aos técnicos da BNP de introdução ao RDA” (C26). A posição da BNP reflecte-se em orientações da EURIG, que irão mobilizar o trabalho de um grupo de técnicos dentro da BNP “Pensamos ter um grupo de trabalho específico para fazer aferição de conceitos e depois disso feito teremos que delinear um plano de implementação” (C27). Este último código reflecte que a BNP continua a acompanhar as instituições afectas ao desenvolvimento e implementação do RDA, e que se propõe a delinear um plano de implementação deste código, ou seja, encontra-se num processo embrionário relativamente a uma hipotética implementação deste código de catalogação.

Quadro Nº 6 - Implementação do RDA

Categoria	Subcategoria	Código
Implementação do RDA	Posição assumida	<p>“Formação aos técnicos da BNP de introdução ao RDA” (C26)</p> <p>“Pensamos ter um grupo de trabalho específico para fazer aferição de conceitos e depois disso feito teremos que delinear um plano de implementação” (C27)</p>

Síntese

Da análise à entrevista do Grupo I, verificamos que a BNP considera existir alguma informação relativa ao RDA, sobretudo em língua inglesa. A discussão acerca do assunto tem sido muito reduzida. Relativamente às características do RDA ressalta-se o alinhamento com os FRBR e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação, o

que vai ao encontro do analisado na revisão da literatura por Tosaka; Park (2013) e Taniguchi (2012). Com o RDA, a ISBD é relegada para um formato de visualização. Ao nível dos sistemas de informação não existirão problemas de maior, uma vez que o RDA pode ser trabalhado por qualquer formato MARC. A recuperação da informação sai beneficiada com o RDA na medida em que o RDA trabalha sobretudo por elementos que surgem da desagregação da informação, o que permite encontrar novas formas de descobrir a informação e relacioná-la entre si. É esta a base do RDA, um modelo conceptual assente numa estrutura relacional. Relativamente às RPC elas irão desaparecer com a implementação do RDA, uma vez que apenas servem para a criação de pontos de acesso em registos de autoridade. Relativamente à implementação do RDA, a BNP encontra-se a dar formação aos seus funcionários da secção de catalogação sobre este normativo, e está a constituir um grupo de trabalho que permita delinear um plano concreto para a implementação do RDA, do que se infere que nos encontramos numa fase embrionária do hipotético processo de implementação do RDA em Portugal.

4.1.2 Análise e interpretação dos resultados do Grupo II

Na análise e interpretação dos dados relativos às entrevistas do Grupo II, seguiremos a mesma metodologia aplicada ao Grupo I, ou seja os dados serão analisados por categorias, através das subcategorias e codificação atribuídas, por forma a permitir alcançar a informação necessária à formulação de posições, procurando executar esta tarefa com o distanciamento possível, com o intuito de obter rigor e cientificidade.

RDA: Conhecimento e discussão

A análise desta categoria (cf. Quadro 7 - RDA: Conhecimento e discussão) permitiu identificar que de uma forma genérica a informação, discussão e conhecimento acerca do RDA são pouco expressivos. A opinião demonstrada por P1 indica que a informação disponível é insuficiente “assunto sobre o qual não tem havido seguramente informação para a comunidade profissional. Nem por via da Biblioteca Nacional de Portugal, que é a instituição normativa, nem por via da nossa associação profissional” (C1), conhecimento esse que não permite uma avaliação concreta das propostas do RDA

“Não é suficiente para permitir um conhecimento nem uma avaliação daquilo que este novo código” (C4), uma vez que a pouco ou nada se tem discutido acerca do assunto“... nem suficientemente discutido nem superficialmente discutido” (C7). Este profissional tem uma posição bastante crítica acerca da forma leviana como o RDA tem sido discutido em Portugal. Para P2, o RDA é na verdade um código recente “ainda há muito pouco porque é um código muito recente.” (C2), pelo que considera a existência de diferentes níveis de interesse que geram ao nível da avaliação das propostas do RDA a “Existência de diferentes níveis de conhecimento” (C5). P2 refere que ao nível da discussão acerca do RDA se reduz à realização de um “Workshop ministrado pela BNP” (C8). Para P3, a informação disponível acerca do RDA, encontra-se sobretudo em língua inglesa “Em português não, em inglês existem algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto” (C3). Relativamente à avaliação das propostas considera que “em inglês existe algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto” (C6). Ao nível da discussão acerca do RDA, P3 é perentório na afirmação de que estamos perante uma “discussão insuficiente, ou inexistente” (C9).

Da análise a esta categoria, observamos que os participantes nas entrevistas, possuem uma opinião quase unânime em relação ao conhecimento e discussão do RDA. Os participantes são unânimes quanto à insuficiência da informação disponível, para que se possa ter um conhecimento suficiente acerca das propostas do normativo em análise. Consideram igualmente que a discussão é insuficiente e que necessita de uma maior profundidade.

Quadro 7 - RDA: Conhecimento e discussão

Categoria	Subcategoria	Código	Entr.
RDA: Conhecimento e discussão	Informação disponível	“assunto sobre o qual não tem havido seguramente informação para a comunidade profissional. Nem por via da Biblioteca Nacional de Portugal, que é a instituição normativa, nem por via da nossa associação profissional” (C1)	P1
		“ainda há muito pouco porque é um código muito recente” (C2)	P2
		“Em português não, em inglês existem algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto” (C3)	P3
	Avaliação das propostas	“Não é suficiente para permitir um conhecimento nem uma avaliação daquilo que este novo código”(C4)	P1

		"Existência de diferentes níveis de conhecimento" (C5)	P2
		"Em inglês existem algumas coisas interessantes que nos proporcionam algum entendimento sobre este assunto" (C6)	P3
	Discussão Suficiente	"... nem suficientemente discutido nem superficialmente discutido" (C7)	P1
		"Workshop ministrado pela BNP" (C8)	P2
		"Discussão insuficiente, ou inexistente" (C9)	P3

Características do RDA

Relativamente às características do RDA e respectiva codificação (cf. Quadro 8 - Características do RDA) os participantes revelaram possuir algum conhecimento, facilmente observável pelo recurso a alguns dos com os conceitos apresentados na revisão da literatura. Assim, P1 enuncia que as principais características acentuam a tónica no utilizador, ou seja no acesso à informação "...necessidades do utilizador ao invés das necessidades dos técnicos" (C10), ou seja, o RDA propõe "Compatibilizar aquilo que é uma linguagem muito técnica, hermética, fechada com aquilo que é a necessidade do utilizador" (C11), tendo como objectivo uma "aproximação àquilo que é a linguagem que o nosso próprio utilizador usa e melhor entende quando tem que interrogar o catálogo" (C12). P1 enuncia ainda o alinhamento do RDA com os FRBR "RDA segmenta a informação de acordo com os FRBR" (C13). Por fim, P1 expressa que o RDA é um código de catalogação com "garantia da interoperabilidade" (C14).

Para P2, uma das principais características do RDA, é que este normativo se centra no acesso aos catálogos "tónica no acesso e nos pontos de acesso ao catálogo" (C15). Igualmente aponta o RDA alinhado com a estrutura relacional dos FRBR "RDA foca-se nas relações" (C16). Para P3 o RDA representa uma viragem naquilo que é o futuro da informação e do conhecimento "O RDA está virado para o futuro da informação" (C19), ou seja a participação dos utilizadores na construção dos catálogos "Construção do próprio conhecimento por uma via de participação activa dos utilizadores" (C18). Enuncia igualmente que o modelo de descrição bibliográfica proposto pelo RDA se encontra em consonância com a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação "O RDA é o modelo de descrição catalográfica mais consistente com os Princípios Internacionais de Catalogação" (C17). Estas características como verificámos na revisão da literatura, apontam para "...conceitos e vocabulário

trazidos pelo modelo conceptual FRBR e pela Declaração Princípios Internacionais de Catalogação...” (Galvão; Lopes, 2012, p. 3).

Na subcategoria “ISBD no contexto do RDA”, verificam-se opiniões diferentes por parte dos participantes. Para P1, apesar do RDA remeter a ISBD para um apêndice ao código “ o RDA não exclui nada as ISBD como não exclui as Anglo-American Cataloguing Rules” (C20), enuncia igualmente que “ As ISBD serão incorporadas, serão mais um elemento que está presente neste *standard* novo que é o RDA, que não é incompatível com ele” (C21). P2 expressa que a ISBD se adequa ao modelo tradicional de descrição bibliográfica, muito focada nos registos bibliográficos, o que é contraposto com o modelo relacional do RDA “ As ISBD nascem num contexto ainda muito positivista de descrição analítica... RDA é na relação que está o foco.” (C22). Na opinião de P3 “As ISBD não se adequam bem ao modelo de descrição catalográfica que é o RDA” (C23), do que se deduz que este participante considera que a ISBD não se compatibiliza com o RDA.

Da análise da subcategoria “sistemas de informação” verifica-se que existe a necessidade de garantir o trabalho que já se encontra realizado ao nível dos registos bibliográficos “Os sistemas de informação terão que garantir os registos bibliográficos” (C24, P1). P2 apresenta uma visão muito positiva relativamente aos sistemas de informação e sua adequação ao RDA no que concerne à linguagem “Acho que se fala na compatibilidade e na possibilidade das diferentes linguagens” (C25), uma vez que considera que o RDA enquanto código de catalogação é um “Sistema neutro compatível com linguagem MARC” (C26). Para P3, “Os sistemas que não estão ainda adaptados (os mais tradicionais que se limitam a oferecer a pesquisa e recuperação tradicionais) vão perder o seu lugar no mercado” (C27) para sistemas de informação que permitam acomodar a informação e os objectivos preconizados pelo RDA. Este participante refere que “os sistemas que já oferecem serviços mais inovadores e consentâneos com as alterações preconizadas pelo RDA, terão licenças mais adequadas a este novo tipo de funcionamento que terão que ser alvo de investimento por parte dos serviços de informação.” (C28). P3 enuncia igualmente a compatibilidade entre o RDA e a linguagem MARC, na medida em que expressa a importância da linguagem UNIMARC no contexto do RDA “Os campos de ligação (4xx) do UNIMARC vão ser amplamente usados e

explorados e possivelmente terão que ser desenvolvidos novos campos ou subcampos” (C29).

No que diz respeito à subcategoria “recuperação”, os participantes demonstraram possuir uma opinião de forma geral muito unânime. P3 afirma que indiscutivelmente “A recuperação será tendencialmente mais rica e menos ruidosa” (C34) por força da estrutura relacional que o RDA apresenta, muito focada na questão do acesso. Esta opinião é igualmente partilhada por P2, na medida em que este participante afirma que “O foco passou a estar na obra, que é a entidade abstracta em que pensa o utilizador” (C32), pelo que “...vai haver um grande crescimento no acesso.” (C33). A tónica utilizada pelos participantes na análise à questão da recuperação no contexto do RDA, é colocada nas potencialidades que este código possui ao nível da recuperação, uma vez que o normativo se centra sobretudo no acesso à informação. Para P1 o RDA possui uma “Lógica funcional muito ligada àquilo que são as suas estratégias de pesquisa e na perspectiva de que a recuperação da informação” (C30) e que se materializa nos pontos de acesso “...vamos ter necessariamente mais pontos de acesso ou outros pontos de acesso que até agora nós não considerámos.” (C31). De certo modo todas estas opiniões se associam à posição de El-Sherbini (2011), que frisa que o RDA providencia orientações para as necessidades e conveniências dos utilizadores.

Da análise à subcategoria “Compatibilidade com as RPC”, os participantes de forma geral entendem que as RPC necessitam de ser revistas. Na opinião de P1, “Portugal precisa de rever as suas próprias regras portuguesas de catalogação há muitas décadas, em bom rigor” (C35), ou seja para este participante as RPC encontram-se de certa forma obsoletas. Assim o participante P1 afirma que neste momento o problema das RPC resolve-se com a ISBD “...quando não temos resposta nas RPC, vamos às ISBD e resolvemos o problema” (C36). Quanto a adopção das RPC no contexto do RDA, P1 afirma que “Tenho dúvida sobre a necessidade de regras portuguesas de catalogação” (C37) uma vez que para este participante elas só fazem sentido para o registo de autoridade. Na opinião de P3 “Há uma clara necessidade de rever as RPC quando se decidir a adopção do RDA” (C40), ou seja este participante não exclui a sua necessidade, mas identifica uma clara necessidade de revisão das regras. O participante P2 possui

uma visão mais conservadora acerca das RPC, e na sua opinião “Para o RDA é preciso também levar atrás as regras portuguesas de catalogação...necessidade de revisão das RPC.” (C38). Daqui se infere que para P2, as RPC serão importantes mesmo com a implementação do RDA, no entanto devem ser revistas, revisão essa que deve ser cuidadosa“...é preciso adaptar, mas sem ferir demais aquilo que é específico da informação.” (C39).

Quadro 8 - Características do RDA

Categoria	Subcategoria	Código	Entr.	
Características do RDA	Principais características	“...necessidades do utilizador ao invés das necessidades dos técnicos” (C10)	P1	
		“Compatibilizar aquilo que é uma linguagem muito técnica, hermética, fechada com aquilo que é a necessidade do utilizador” (C11)		
		“Aproximação àquilo que é a linguagem que o nosso próprio utilizador usa e melhor entende quando tem que interrogar o catálogo” (C12)		
			“RDA segmenta a informação de acordo com os FRBR” (C13)	
			“Garantia da interoperabilidade” (C14)	
			“Tónica no acesso e nos pontos de acesso ao catálogo” (C15)	P2
			“RDA foca-se nas relações” (C16)	
			“O RDA é o modelo de descrição catalográfica mais consistente com os Princípios Internacionais de Catalogação” (C17)	P3
			“Construção do próprio conhecimento por uma via de participação activa dos utilizadores” (C18)	
			“O RDA está virado para o futuro da informação” (C19)	
	ISBD no contexto do RDA	“o RDA não exclui nada as ISBD como não exclui as Anglo-American Cataloguing Rules” (C20)	P1	
		“ As ISBD serão incorporadas, serão mais um elemento que está presente neste <i>standard</i> novo que é o RDA, que não é incompatível com ele” (C21)		
		“ As ISBD nascem num contexto ainda muito positivista de descrição analítica... RDA é na relação que está o foco.” (C22)		P2
		“As ISBD não se adequam bem ao modelo de descrição catalográfica que é o RDA” (C23)	P3	
	Sistemas informação	“Os sistemas de informação terão que garantir os registos bibliográficos” (C24)	P1	
		“Acho que se fala na compatibilidade e na possibilidade das diferentes linguagens” (C25)	P2	
		“Sistema neutro compatível com linguagem MARC” (C26)		
		“Os sistemas que não estão ainda adaptados (os mais tradicionais que se limitam a oferecer a pesquisa e recuperação tradicionais) vão perder o seu lugar no mercado” (C27)	P3	
	“Os sistemas que já oferecem serviços mais inovadores e			

		consentâneos com as alterações preconizadas pelo RDA, terão licenças mais adequadas a este novo tipo de funcionamento que terão que ser alvo de investimento por parte dos serviços de informação.” (C28) “Os campos de ligação (4xx) do unimarc vão ser amplamente usados e explorados e possivelmente terão que ser desenvolvidos novos campos ou subcampos” (C29)	
	Recuperação	“Lógica funcional muito ligada àquilo que são as suas estratégias de pesquisa e na perspectiva de que a recuperação da informação” (C30) “...vamos ter necessariamente mais pontos de acesso ou outros pontos de acesso que até agora nós não considerámos.” (C31)	P1
		“O foco passou a estar na obra, que é a entidade abstracta em que pensa o utilizador” (C32) “...vai haver um grande crescimento no acesso.” (C33)	P2
		“A recuperação será tendencialmente mais rica e menos ruidosa” (C34)	P3
	Compatibilidade com as RPC	“Portugal precisa de rever as suas próprias regras portuguesas de catalogação há muitas décadas, em bom rigor” (C35) “quando não temos resposta nas RPC vamos às ISBD e resolvemos o problema” (C36) “Tenho dúvida sobre a necessidade de regras portuguesas de catalogação” (C37)	P1
		“Para o RDA é preciso também levar atrás as regras portuguesas de catalogação...necessidade de revisão das RPC.” (C38) “...é preciso adaptar, mas sem ferir demais aquilo que é específico da informação.” (C39)	P2
		“Há uma clara necessidade de rever as RPC quando se decidir a adopção do RDA” (C40)	P3

Implementação do RDA

Esta categoria (cf. Quadro 9 – Implementação do RDA) tem especial relevância para esta investigação. A análise do posicionamento dos profissionais I-D acerca do RDA, evidencia-se na análise desta categoria. Os participantes nas entrevistas demonstraram inequivocamente que em primeira instância, deve ser a Biblioteca Nacional de Portugal a definir a sua posição enquanto instituição normalizadora, para que outras instituições sigam as orientações da BNP. A evidência deste posicionamento reflecte-se de forma expressiva na resposta dos participantes ao último bloco de questões do guião de entrevista (cf. Apêndice a Guião de Entrevista).

Para P2, o RDA afigura-se como o futuro da catalogação a nível internacional “O RDA é o futuro da descrição da informação geral” (C43). Considera que Portugal deve

nos próximos tempos tomar uma posição concreta acerca da implementação deste normativo para a catalogação, contudo afirma que deve ser a BNP a encabeçar essa iniciativa “tem de partir da BNP o posicionamento acerca da implementação” (C44). Esta iniciativa, deve ter em conta os contributos e opiniões das partes interessadas, não só ao nível das instituições, mas igualmente receber a opinião dos utilizadores, “ A BNP deve ouvir as partes interessadas no qual se incluem especialmente os utilizadores.” (C45). Contudo, para que isto seja efectuado com sucesso tem de existir obrigatoriamente uma maior divulgação e esclarecimento do RDA e das suas propostas.

P1, partilha igualmente da opinião que deve ser a BNP a assumir um posicionamento relativamente á implementação do RDA “A BNP tem de manifestar o seu posicionamento relativamente à implementação do RDA” (C42), no entanto, para este participante, o RDA enquanto matéria de especial relevância para a catalogação encontra-se muito pouco discutido, o que leva este participante a considerar que uma hipotética implementação não se coloca na actualidade “eu diria que em Portugal não perspetivo para breve sequer esta implementação.” (P1, C41). Este posicionamento encontra paralelo nas afirmações de P3. Para este participante, o processo de implementação do RDA em Portugal, vai ser bastante moroso, sobretudo ao nível das Bibliotecas Públicas. Deveria existir um processo colaborativo e sinérgico entre a BNP e as Bibliotecas Públicas na análise das propostas do RDA para se assumir uma posição efectiva relativamente a este código “se houvesse previamente um trabalho de partilha entre a BN e as BP, e entre as próprias BP, seria mais simples” (C47).

Para P3 todo o processo deve ter como referência a posição da Biblioteca Nacional de Portugal, conquanto considera que serão as Bibliotecas Universitárias a romper com a indefinição, o posicionamento, por considerar que esta tipologia de bibliotecas possuem uma grande abertura para novas formas de trabalhar e para a própria aprendizagem. “A implementação do RDA deveria começar pela BN... deveria... mas a meu ver irá começar nas bibliotecas universitárias pois estas estão mais à frente no que respeita a novos paradigmas” (C46).

A análise à categoria da implementação do RDA, permite-nos inferir que o posicionamento actual por parte dos profissionais I-D é muito semelhante. Consideram que deve ser a Biblioteca Nacional de Portugal a conduzir o processo, mas que não se

afigura para já uma posição esclarecedora que permita vislumbrar iniciativas acerca da adoção do RDA como código de catalogação.

Quadro 9 - Implementação do RDA

Categoria	Subcategoria	Código	Entr.
Implementação do RDA	Posição assumida	<p>“Eu diria que em Portugal não perspetivo para breve sequer esta implementação.” (C41)</p> <p>“A BNP tem de manifestar o seu posicionamento relativamente à implementação do RDA” (C42)</p>	P1
		<p>“O RDA é o futuro da descrição da informação geral” (C43)</p> <p>“Tem de partir da BNP o posicionamento acerca da implementação” (C44)</p> <p>“ A BNP deve ouvir as partes interessadas no qual se incluem especialmente os utilizadores.” (C45)</p>	P2
		<p>“A implementação do RDA deveria começar pela BN... deveria... mas a meu ver irá começar nas bibliotecas universitárias pois estas estão mais à frente no que respeita a novos paradigmas” (C46)</p> <p>“Se houvesse previamente um trabalho de partilha entre a BN e as BP, e entre as próprias BP, seria mais simples” (C47)</p>	P3

Síntese

A análise às entrevistas do Grupo II permite-nos verificar que na generalidade os participantes consideram que a discussão acerca do RDA é manifestamente insuficiente. Este facto deriva da falta de informação, e disseminação de informação em Portugal, que permita uma avaliação das propostas do RDA.

Quanto às características do RDA, os participantes consideram que o código de catalogação segmenta a informação de acordo com a estrutura relacional dos FRBR. Consideram igualmente que o ponto forte deste normativo é o acesso, bem como o uso de uma linguagem que se aproxima do entendimento dos utilizadores. Relativamente à ISBD, os participantes demonstram que o RDA não exclui a ISBD, apesar do modelo conceptual da ISBD não se adequar ao propósito do RDA.

Quanto aos sistemas de informação é enunciado que o RDA se apresenta como um sistema neutro, compatível com a linguagem MARC. Contudo, os sistemas de informação tradicionais terão de se adequar ao modelo apresentado pelo RDA, garantindo a interoperabilidade. No que diz respeito à recuperação da informação, o RDA possui uma lógica centrada nos utilizadores e no acesso à informação, garantida

pelo seu modelo conceptual, assente numa estrutura relacional alinhada como os FRBR e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação.

A implementação do RDA em Portugal é vista com cepticismo por parte dos participantes que de alguma forma criticam uma certa inércia por parte da BNP relativamente a esta matéria. Consideram que a BNP como entidade responsável para a normalização, deve trabalhar conjuntamente com as Bibliotecas Públicas e restantes partes interessadas para a implementação do RDA. Não deixa de ser curioso, um dos participantes referir que a implementação do RDA em Portugal vai partir das Bibliotecas Universitárias à semelhança do que tem vindo a acontecer recentemente em Espanha.

CAPÍTULO 5: CONCLUSÕES

O trabalho de investigação proposto teve como principal objectivo apresentar uma análise do posicionamento acerca do RDA por parte das principais instituições que de alguma forma superintendem matérias da área biblioteconómica. Procurou-se obter esse posicionamento junto das instituições, que pela sua função possuem um papel determinante na área da normalização. A investigação foi bem-sucedida junto da Biblioteca Nacional de Portugal, que se constitui como a instituição por excelência na determinação de normativos para áreas específicas da biblioteconomia, e neste caso em concreto, a catalogação. A Direcção Geral do Livro Arquivos e Bibliotecas, que também possui um papel importante em matérias de normalização optou por não participar nesta investigação, remetendo para a BNP qualquer tipo de resposta à temática apresentada. Igualmente a Rede de Bibliotecas Escolares tomou a mesma posição que a DGLAB. O contacto junto da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, não mereceu por parte dessa associação qualquer tipo de atenção. Considera-se que um eventual contributo por parte das instituições anteriormente referidas, permitiria estabelecer um quadro de síntese mais aprofundado, relativamente ao objecto de estudo desta investigação.

Do ponto de vista do posicionamento dos profissionais I-D, a investigação alcançou uma maior profundidade, não pela quantidade de testemunhos obtidos, mas porque a amostragem foi intencional, pela diversidade dos participantes nas entrevistas.

A diversidade das funções que cada um desses profissionais desempenha na área da biblioteconomia enriqueceu todo o trabalho.

A escolha deste tema baseou-se na importância que a normalização tem no universo biblioteconómico. O Resource Description and Access ao pretender afirmar-se como um código de catalogação internacional, reforça a ideia da importância deste tema. O alinhamento com os FRBR e a Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação fazem do RDA um código de catalogação que vem responder aos novos paradigmas no que diz respeito à catalogação, ou seja, um código de catalogação que possui uma estrutura conceptual assente num modelo relacional, bem como uma tónica no acesso que responda sobretudo às necessidades dos utilizadores.

A revisão da literatura efectuada e o estudo de campo realizado, pelo seu rigor, permite presentemente, retirar e validar algumas conclusões, contribuindo para uma síntese clarificadora da problemática, objecto de análise.

Independentemente da importância do RDA, e logo no início do trabalho, verificou-se que o assunto tem tido muito pouco impacto em Portugal. Contudo, em instituições de peso internacional, nomeadamente a OCLC, a Library of Congress, a British Library, e muitas outras instituições (bibliotecas nacionais, públicas e universitárias à escala global), o RDA já não é apenas uma mera proposta, mas um código de catalogação à escala mundial, sendo actualmente utilizado pelo WorldCat que é a maior rede mundial de conteúdos e serviços de bibliotecas.

Ao verificar que em Portugal o RDA é pouco ou nada conhecido, insuficientemente discutido, inclusivamente na academia, decidiu-se avançar para uma investigação que procurasse analisar o conhecimento e respectivo posicionamento institucional e profissional em Portugal.

Conclui-se que o RDA em Portugal é actualmente uma temática com pouca expressão junta da comunidade biblioteconómica. A investigação permitiu verificar e evidenciar que a informação disponível em português acerca do assunto é residual. O RDA não tem sido apresentado e discutido junto dos profissionais I-D, pelo que não é possível aos profissionais e técnicos possuir um conhecimento válido acerca das propostas do RDA enquanto normativo para a catalogação.

Da análise às características do RDA, que consideramos um factor importante para avaliação das propostas que determinam a sua adopção ou não enquanto código de catalogação, verificou-se que os participantes caracterizaram o RDA como um código de catalogação orientado para o acesso por via da sua estrutura alinhada com o modelo relacional dos FRBR e da Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação. Esta caracterização por parte dos participantes vem ao encontro dos conceitos verificados na revisão bibliográfica. Evidenciou-se que o RDA é compatível e possui interoperabilidade entre sistemas de informação, sendo que a linguagem MARC é perfeitamente compatível com este código de catalogação. Ao colocar a ISBD como apêndice ao próprio código, o RDA não exclui a ISBD, mas sim remete a ISBD para um formato de visualização. Verificou-se que esta característica tem sido alvo de críticas por parte de alguns autores que pudemos analisar na revisão da literatura. Do ponto de vista da recuperação, o RDA centra-se nos utilizadores, pelo que a recuperação é um dos aspectos virtuosos deste normativo.

Um dos aspectos que ressalta desta investigação é que apesar de o RDA poder coexistir na mesma base de dados com outras regras, tendo em conta que as RPC apenas funcionam como ponto de acesso aos registos bibliográficos, não fazem muito sentido no contexto do RDA.

Relativamente à implementação do RDA em Portugal, sendo esta a variável de maior importância na investigação, uma vez que o trabalho se centra no posicionamento institucional e profissional em Portugal, foi possível identificar através da revisão da literatura, que o GIBACE tem uma posição muito favorável acerca da implementação do modelo FRBR e do código RDA, propondo a implementação de um catálogo de nova geração.

Verifica-se que a BNP ainda não possui uma posição proactiva acerca da matéria. Os participantes nas entrevistas entendem que deve partir da Biblioteca Nacional de Portugal, a iniciativa de proceder a um trabalho colaborativo com as outras redes de bibliotecas e também com os profissionais da área, por forma a disseminar toda a informação existente e agilizar o processo de implementação que se considera estar numa fase bastante embrionária, ao contrário do que acontece actualmente com um vasto conjunto de países europeus. Considera-se que esta posição reticente, à espera do

que vai acontecer no futuro poderá vir a ser pouco benéfica, uma vez que ficaremos na cauda de um processo de mudança que irá alterar o paradigma da descrição bibliográfica.

5.1 Limitações da investigação

As limitações desta investigação foram diversas. Em primeiro lugar é de realçar que esta temática é relativamente recente, o que reflecte a não existência de investigações aprofundadas acerca desta matéria em Portugal. O RDA é em boa verdade um tema pouco sensível à investigação em Portugal. Desta feita todo o trabalho teve como base literatura internacional, onde as posições se confinam a um quadro de desenvolvimento na catalogação diferente da realidade nacional.

Contudo, a principal limitação da investigação deve-se à pouca sensibilidade e disponibilidade manifestada pelos profissionais contactados para o processo de entrevistas, que declinaram e ou ignoraram o convite sem qualquer tipo de justificação ou argumentação.

5.2 Desafios

A presente investigação pretende dar um contributo para futuros trabalhos de investigação que aprofundem o tema, por forma a sensibilizar a comunidade da área da biblioteconomia da necessidade de acompanhar de perto o RDA e preparar uma futura implementação desde código de implementação. O principal desafio traduz-se na sensibilização das principais redes de bibliotecas para a importância deste tema, para que junto da BNP se proceda ao trabalho colaborativo, que vise uma análise concreta da presente situação, estabelecendo objectivos claros para preparar a implementação do RDA. De igual forma exorta-se os profissionais I-D para que se dediquem à investigação nesta área, contribuindo para um maior esclarecimento e disseminação de informação acerca do RDA em Portugal.

5.3 Propostas

Considerando a importância das propostas do relatório do GIBACE (2015) verifica-se a importância da criação de uma entidade gestora de todo o Sistema Biblioteconómico Nacional, que integre representantes dos diferentes subsistemas de bibliotecas e defina uma política global para o sector, constituindo-se um factor

fundamental para o desenvolvimento de políticas comuns e estratégias que assentem no trabalho colaborativo entre as diferentes redes de bibliotecas, o que irá permitir um posicionamento objectivo acerca das diferentes temáticas que emergem na área da biblioteconomia.

A análise deste trabalho de investigação identifica a importância da utilização da plataforma RDA Toolkit. Assim, propõe-se a tradução para língua portuguesa do RDA nesta plataforma. Esta proposta assenta no facto de a tradução ser paga uma única vez, sendo que as licenças que se venham a obter já vêm em português, e também porque o RDA Toolkit facilita o processo de consulta do código, permitindo a consulta dos diferentes capítulos e secções através de um “click”, facilitando desta forma a consulta por parte do catalogador.

Uma proposta muito concreta é dirigida à Biblioteca Nacional de Portugal, no sentido de promover acções que visem esclarecer as instituições e os profissionais ID acerca das propostas do RDA. Propõe-se a elaboração de seminários dedicados ao tema, *workshops* junto da BAD que é a associação profissional por excelência dos profissionais bibliotecários em Portugal.

Uma vez que não se encontram esgotadas todas as possibilidades de estudo do RDA em Portugal, e que em bom rigor foi bastante enriquecedor a sua elaboração, por todo o trabalho de pesquisa (revisão da literatura) realizado sobre o tema, mas também pelo trabalho de campo efectuado, futuros trabalhos académicos e publicações de artigos em revistas científicas, poderão contribuir para um entendimento das potencialidades do RDA.

BIBLIOGRAFIA

ANHALT , Joy ; STEWART, Richard A (2012) - RDA Simplified. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. 50:1, p. 33-42. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01639374.2011.615378>

ASSUMPÇÃO , Silva, Fabrício; SANTOS, Amorim da Costa (2013) - A utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. *Encontros Bibli* [Em linha]. Vol. 18, núm. 37, mayo-agosto, 2013, pp. 203-226. Florianopolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/147/14729734011.pdf>

BARDIN, L (1979) - Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BIANCHINI, Carlo; GUERRINI, Mauro (2009) - From bibliographic models to cataloging tules: remarks on FRBR, ICP, ISBD, and RDA and the relationships between them. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. 47:2, 105-124. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01639370802561674>

BIBLIOTECA NACIONAL DE ESPANÑA (2014) - Sitio Web. *Comunicado sobre RDA* [Em linha]. Consult. em 23 de Dezembro de 2014]. Disponível em <http://www.bne.es/webdocs/Prensa/Noticias/2014/1218-Comunicado-RDA.pdf>

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. (2010) - *Investigação Qualitativa em Educação: Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

CAVALCANTI, Larissa Andrade Batista (2013) - *RDA: uma análise dos elementos centrais*. (Dissertação de mestrado). Brasília : Faculdade de Ciência da Informação, 2013. Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/7289/1/2013_LarissaAndradeBatistaCavalcanti.pdf

CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues (2008) - *Catálogo descritiva no século XXI : um estudo sobre o RDA*. [Em linha]. Dissertação de mestrado. São Paulo: Faculdade de

Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista, 2008. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93699/correa_rmr_me_ma_r.pdf?sequence=1&isAllowed=y

COYLE, Karen; HILLMANN, Diane (2007) - Resource Description and Access (RDA)

cataloging rules for the 20th century. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol.13 , Nº1/2. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.dlib.org/dlib/january07/coyle/01coyle.html>. ISSN: 1082-9873

DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO (2009) - Sitio Web [Em linha]. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf

DENSCOMBE, M. (2007) – *The good research guide*. 3ª ed. Maidenhead. Open University Press.

DENSCOMBE, M. (2008) - Communities of practice: A research paradigm for the mixed methods approach. *Journal of Mixed Methods Research*.

EL-SHERBINI, Magda; CURRAN, Megan (2011) - Resource Description and Access “RDA”: new code for cataloging [Em linha]. *The Serials Librarian: From the Printed Page to the Digital Age*. Nº 60:1-4, p. 7-15. Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/0361526X.2011.556425>

FLICK, Uwe (2005) – *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor. ISBN 972-9413-67-3

FLICK, Uwe (2009) – *An introduction to qualitative research*. 4ª ed. Revised. Los Angeles: Sage, 2009.

FRBR (2008) - *Requisitos funcionais dos registos bibliográficos: relatório final*. trad. Fernanda Maria Guedes de Campos ; rev. tec. Maria Inês Cordeiro, Rosa Maria Galvão. Lisboa : Biblioteca Nacional de Portugal, 2008. 160 p. (Publicações técnicas). ISBN 978-972-565-435-4.

GALVÃO, Rosa Maria; LOPES, Maria Margarida (2012) - Da ficha bibliográfica aos dados relacionados: uma revolução em curso. *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários*,

Arquivistas e Documentalistas [Em linha]. Nº11, 2012. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em

<http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/406>

GIBACE (2015) - Grupo Informal Bibliotecas da Administração Central do Estado – Pensar o futuro. *Bibliotecas da Administração Central do Estado, Pensar o futuro, relatório preliminar* [Em linha]. INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. [Consult. em 02 de Outubro de 2015]. Disponível em http://repap.ina.pt/bitstream/10782/647/4/GIBACE_INA_RELATORIO_PRELIMINAR_vR EPAP_22JUNHO.pdf

GORMAN, Michael (2007) - RDA: Imminent Debacle. *American Libraries* [Em linha] n. 64. December, 2007. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=867109c3-bb7b-4340-b34b-a8fddf439c18%40sessionmgr111&vid=1&hid=124>

HILLMANN, Diane et al (2010) - RDA Vocabularies: Process, Outcome, Use. *D-Lib Magazine* [Em linha]. Vol 16, nº1/2. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.dlib.org/dlib/january10/hillmann/01hillmann.print.html>

IFLA (2015) - *Results of an International Survey on the Use of the ISBD* [Em linha] . [Consult. em 15 de Agosto de 2015]. Disponível em http://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/isbd/isbd-survey-2015-report_final.pdf.

JSC (2009) – *Statement of objectives and principles for RDA* [Em linha]. [Consult. em 15 de Agosto de 2015]. Disponível em <http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/5rda-objectivesrev3.pdf>

LAPERRIÈRE, Anne (2008) - Os critérios de cientificidade dos métodos qualitativos. In: *A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MILLER, Liz (2011) - Resource Description and Access (RDA): An introduction for Reference Librarians. *Reference & User Services Quarterly* [Em linha]. SPRING. Vol.50. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?sid=c7c8a860-be93-40ea-8ba0-0cf539803373%40sessionmgr111&vid=12&hid=124~>

NEWTON, Nigel (2010) - *The use of semi-structured interviews in qualitative research: strengths and weaknesses* [Em linha]. Paper submitted in part completion of the requirements of the degree of Doctor of Philosophy, University of Bristol . [Consult. em 15 de Agosto de 2015]. Disponível em http://www.academia.edu/1561689/The_use_of_semistructured_interviews_in_qualitative_research_strengths_and_weaknesses.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van (2003) – *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 3ª ed. Lisboa : Gradiva, 2003.

RIVA, Pat ; OLIVER, Chris (2012) - Evaluation of RDA as an implementation of FRBR and FRAD. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. Nº 50:5-7, p. 564-586. Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01639374.2012.680848>

RYAN, Christine E. (2012) - NISO Webinar. The Future of Integrated Library Systems. Part 1: RDA & Cataloging. *Serials Review* [Em linha]. Nº38, p. 48-65. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=13&sid=c7c8a860-be93-40ea-8ba0-0cf539803373%40sessionmgr111&hid=124>

SALDAÑA, Johnny (2009) - *The Coding Manual for Qualitative Researchers* [Em linha] . SAGE. London. [Consult. em 02 de Setembro de 2015]. Disponível em <http://pt.slideshare.net/mrsnazlan/johnny-daldae-the-coding-manual-for-qualitative-researchers-2009>

TANIGUCHI, Shoichi (2012) - Viewing RDA from FRBR and FRAD: does RDA represent a different conceptual model?. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. Nº 50:8, p. 929-943. [Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/01639374.2012.712631>

TANIGUCHI, Shoichi (2013) - Aggregate and Component Entities in RDA: model and description. *Cataloging & Classification Quarterly* [Em linha]. Nº 51:5, p. 580-599.

[Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/01639374.2013.763316>

TOSAKA, Yuji ; PARK, Jung ran (2013) - RDA: Resource Description & Access—A Survey of the Current State of the Art. *Journal of the American Society for Information Science and Technology* [Em linha]. Nº 64(4), p. 651–662. Consult. em 28 de Outubro de 2014]. Disponível em <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/asi.22825/pdf>

VILELAS, José (2009) – *Investigação o Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Silabo. ISBN 978-972-618-557-4

APÊNDICES

Apêndice a) Guião de Entrevista

Dissertação de Mestrado em CID- Biblioteconomia

Resource Description and Access (RDA): análise do posicionamento institucional e profissional em Portugal

Guião de entrevista

Esta entrevista insere-se numa investigação para dissertação de mestrado em Ciências da Informação e Documentação (vertente de biblioteconomia), na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH/UNL).

O título da dissertação é Resource Description and Access (RDA): análise do posicionamento institucional e profissional em Portugal.

O objetivo da entrevista é perceber e avaliar o posicionamento das instituições e profissionais ID acerca do RDA.

A entrevista tem uma duração aproximada de uma hora e as informações recolhidas serão alvo de tratamento científico e destinam-se exclusivamente a fins académicos.

Entrevistado:

Instituição:

Data entrevista:

[Agradecimento. Enunciação do objectivo da entrevista, ética e questões de privacidade]

DIMENSÃO 1 (Conhecimento e discussão do RDA)

1. Considera que a informação disponível sobre o RDA é suficiente para permitir um conhecimento e avaliação das suas propostas?
2. Na comunidade das ciências da informação em Portugal, considera que este assunto tem sido suficientemente discutido?"

DIMENSÃO 2 (Características do RDA)

1. Quais considera serem as principais características deste código de catalogação?
2. Como vê a posição da ISBD no contexto do RDA?
3. Que implicações considera existir na aplicação do RDA, sob o ponto de vista dos sistemas de informação?
4. E que implicações do ponto de vista da recuperação?
5. Que outras implicações podem existir na sua opinião?
6. Considera compatível a adopção do RDA com as Regras Portuguesas de catalogação?

DIMENSÃO 3 (Implementação do RDA)

1. A implementação do RDA em Portugal não se encontra bem definida. Qual a sua posição relativamente a esta hipotética implementação?
2. Poderia especificar o porquê?

FIM

- Existe algum assunto não abordado nesta entrevista e que gostaria de referir?
- Gostaria de conhecer os resultados desta investigação?

Grato pela sua colaboração